

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	9
DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	19
DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	75
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	76
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	77
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	78

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.840
Preferenciais	3.840
Total	7.680
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	404.997	390.437
1.01	Ativo Circulante	80.532	72.703
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	291	212
1.01.02	Aplicações Financeiras	59.546	47.307
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	54.157	36.816
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	54.157	36.816
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	5.389	10.491
1.01.02.02.01	Títulos Disponíveis para Venda	5.389	10.491
1.01.03	Créditos das Operações	15.058	16.860
1.01.03.01	Seguros e Resseguros	15.058	16.860
1.01.03.01.01	Prêmios a Receber	12	0
1.01.03.01.02	Operações com Seguradoras	0	54
1.01.03.01.03	Operações com Resseguradoras	816	734
1.01.03.01.04	Outros Créditos Operacionais	5.333	7.000
1.01.03.01.05	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	8.897	9.072
1.01.04	Títulos e Créditos a Receber	2.243	6.462
1.01.04.01	Títulos e Créditos a Receber	1.005	4.177
1.01.04.03	Créditos Tributários e Previdenciários	1.028	1.979
1.01.04.04	Outros Créditos	210	306
1.01.05	Outros Valores e Bens	2.283	1.862
1.01.05.01	Bens a Venda	2.283	1.862
1.01.07	Despesas Antecipadas	293	0
1.01.08	Despesas de Comercialização Diferidas	818	0
1.02	Ativo Não Circulante	324.465	317.734
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	160.668	157.198
1.02.01.04	Crédito das Operações	67.404	66.071
1.02.01.04.01	Operações com Seguros e Resseguradoras	174	175
1.02.01.04.02	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	63.789	62.662
1.02.01.04.04	Outros Créditos Operacionais	3.441	3.234
1.02.01.05	Títulos e Créditos a Receber	90.031	88.518
1.02.01.05.01	Créditos Tributários e Previdenciários	920	900
1.02.01.05.02	Depósitos Judiciais e Fiscais	88.902	87.024
1.02.01.05.04	Títulos e Créditos a Receber	209	594
1.02.01.07	Empréstimos e Depósitos Compulsórios	2.409	2.609
1.02.01.07.01	Empréstimos e Depósitos Compulsórios	2.409	2.609
1.02.01.09	Despesas de Comercialização Diferidas	824	0
1.02.02	Investimentos	154.699	152.323
1.02.02.01	Participações Societárias	147.683	144.768
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas no País	147.103	144.143
1.02.02.01.04	Participações em Controladas no Exterior	498	543
1.02.02.01.07	Outros Investimentos	82	82
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.016	7.555
1.02.02.02.01	Imóveis Urbanos não Destinados a Uso Próprio	7.016	7.555
1.02.03	Imobilizado	2.794	2.881

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.794	2.881
1.02.03.01.01	Imóveis de Uso Próprio	2.180	2.257
1.02.03.01.02	Bens Móveis de Uso Próprio	506	535
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	108	89
1.02.04	Intangível	6.304	5.332

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	404.997	390.437
2.01	Passivo Circulante	18.066	22.467
2.01.01	Contas a Pagar	2.941	8.233
2.01.01.01	Obrigações a Pagar	117	428
2.01.01.02	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	478	835
2.01.01.03	Encargos Trabalhistas	840	461
2.01.01.04	Impostos e Contribuições	448	572
2.01.01.05	Dividendos a Pagar	1.058	5.937
2.01.02	Débitos de Operações	81	424
2.01.02.01	Seguros e Resseguros	81	424
2.01.02.01.02	Operações com Resseguradoras	73	424
2.01.02.01.03	Corretores de Seguros e Resseguros	8	0
2.01.03	Depósitos de Terceiros	22	28
2.01.04	Provisões Técnicas	15.022	13.782
2.01.04.01	Seguros e Resseguros	15.022	13.782
2.01.04.01.02	Provisão de Sinistros a Liquidar	15.022	13.782
2.02	Passivo Não Circulante	182.289	178.096
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	182.289	178.096
2.02.01.01	Contas a Pagar	2.135	2.180
2.02.01.01.01	Tributos Diferidos	2.135	2.180
2.02.01.02	Débitos das Operações	1.021	1.850
2.02.01.02.01	Operações com resseguradoras	1.021	1.850
2.02.01.03	Provisões Técnicas	94.691	92.184
2.02.01.03.01	Seguros e Resseguros	94.691	92.184
2.02.01.04	Outros Passivos	84.442	81.882
2.02.01.04.01	Provisões Judiciais	84.442	81.882
2.03	Patrimônio Líquido	204.642	189.874
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.405	6.489
2.03.03.01	Ativos Próprios	5.209	5.290
2.03.03.02	Controladas/Coligadas	1.196	1.199
2.03.04	Reservas de Lucros	93.817	93.817
2.03.04.01	Reserva Legal	20.000	20.000
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	15.294	15.294
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	58.523	58.523
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.603	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-5.183	-10.432

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.01	Receitas das Operações	-117	-11	113	4.092
3.01.01	Operações de Seguros	-117	-11	113	4.092
3.01.01.01	Prêmios de Seguros Ganhos	-133	-81	26	83
3.01.01.02	Outras Receitas de Seguros	16	70	87	4.009
3.02	Sinistros e Despesas das Operações	-499	-676	-505	-3.178
3.02.01	Operações de Seguros	-668	-757	-1.904	-6.615
3.02.01.01	Sinistros Retidos de Seguros	-187	344	-1.448	-4.259
3.02.01.02	Despesas de Comercialização de Seguros	-62	-65	-4	-8
3.02.01.03	Outras Despesas de Seguros	-419	-1.036	-452	-2.348
3.02.02	Operações de Resseguros	169	81	1.399	3.437
3.02.02.01	Sinistros Retidos de Resseguros	169	81	1.399	3.437
3.03	Resultado Bruto	-616	-687	-392	914
3.04	Despesas Administrativas	-7.626	-13.249	-5.693	-11.183
3.04.01	Despesas com Pessoal Próprio	-4.041	-7.345	-3.225	-5.929
3.04.02	Despesas com Serviços de Terceiros	-1.015	-1.700	-1.089	-1.984
3.04.03	Despesas com Localização e Funcionamento	-1.470	-2.685	-960	-1.916
3.04.04	Despesas com Publicidade e Propaganda	-704	-835	-65	-142
3.04.05	Despesas com Tributos	-327	-554	-319	-708
3.04.06	Despesas com Publicações	-3	-25	-3	-340
3.04.07	Despesas com Donativos e Contribuições	-20	-38	-24	-45
3.04.08	Outras Despesas Administrativas	-46	-67	-8	-119
3.05	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-504	-900	-536	-314
3.05.01	Receitas com Imóveis de Renda	117	245	127	259
3.05.02	Despesas com Imóveis Destinados à Renda/Venda	-632	-1.165	-656	-1.196
3.05.03	Outros Investimentos	15	21	0	9
3.05.04	Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes	0	0	0	634
3.05.08	Perda por redução ao valor recuperável sobre aluguéis	-4	-1	-7	-20

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.306	20.585	9.623	19.471
3.06.01	Receitas de Equivalência Patrimonial	10.306	20.585	9.895	20.230
3.06.02	Despesas de Equivalência Patrimonial	0	0	-272	-759
3.07	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.560	5.749	3.002	8.888
3.08	Resultado Financeiro	2.947	3.540	1.476	2.000
3.08.01	Receitas Financeiras	4.743	7.235	3.388	6.066
3.08.02	Despesas Financeiras	-1.796	-3.695	-1.912	-4.066
3.09	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.507	9.289	4.478	10.888
3.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	16	-16	278	375
3.10.02	Diferido	16	-16	278	375
3.11	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.523	9.273	4.756	11.263
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	4.523	9.273	4.756	11.263
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,56076	1,14992	0,58978	1,3967
3.99.01.02	PN	0,61684	1,26491	0,64875	1,53637

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	4.523	9.273	4.756	11.263
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.989	5.384	-2.729	-2.531
4.02.01	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-52	-391	-1.833	-100
4.02.02	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	15	124	513	87
4.02.04	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	2.989	5.530	-1.575	-2.714
4.02.07	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	-10	-23	169	-103
4.02.08	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	3	9	-47	80
4.02.16	Realização da Reserva de Reavaliação	108	167	0	242
4.02.17	Efeito tributário sobre realização da reserva de reavaliação	-64	-32	44	-23
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.512	14.657	2.027	8.732

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-20.636	852
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.210	-10.392
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	9.273	11.263
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	618	263
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20.585	-19.471
6.01.01.06	Perda por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	423	71
6.01.01.07	Ganho com Alienação de Investimento e Imobilizado	0	-634
6.01.01.08	Receitas com Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Outros	-2.361	-2.314
6.01.01.09	Receitas com Créditos Fiscais e Previdenciários	-59	-97
6.01.01.10	Despesas com Atualização e Juros de Provisões Técnicas	1.175	1.515
6.01.01.11	Rendimentos de Aplicações Financeiras	-2.392	-3.139
6.01.01.12	Despesas com Atualização Monetária de Provisões Judiciais	2.407	2.366
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social - diferido	16	-375
6.01.01.15	Provisões Trabalhistas e Cíveis	275	160
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.426	11.244
6.01.02.01	Ativos Financeiros	-10.238	11.157
6.01.02.02	Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	-463	1.813
6.01.02.03	Ativos de Resseguros	-84	-1.134
6.01.02.04	Créditos Fiscais e Previdenciários	990	903
6.01.02.05	Depósitos Judiciais e Fiscais	329	-267
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	-292	-572
6.01.02.07	Outros Ativos	97	-317
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	-357	-360
6.01.02.09	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	68	-871
6.01.02.10	Débitos Operacionais com seguros e Resseguros	-1.162	1.336
6.01.02.11	Depósitos de Terceiros	-7	533
6.01.02.12	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	1.705	878
6.01.02.13	Provisões Judiciais	180	61
6.01.02.14	Outros Passivos	0	29
6.01.02.16	Outros Créditos Operacionais	1.460	-1.649
6.01.02.17	Custos de Aquisição Diferidos	-1.642	0
6.01.02.18	Títulos e créditos a receber	-10	-296
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	25.399	6.712
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-72	-71
6.02.03	Aquisição de Intangível	-1.314	-1.504
6.02.05	Alienação de Investimentos	398	1.679
6.02.06	Recebimento de Redução de Capital da Investida	0	5.303
6.02.07	Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos	26.387	1.305
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.684	-7.948
6.03.01	Dividendos Pagos	-4.684	-7.948
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	79	-384
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	212	602
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	291	218

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	6.489	93.817	0	-10.432	189.874
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	6.489	93.817	0	-10.432	189.874
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	51	0	0	0	51
5.04.08	Ajuste Provisão	0	51	0	0	0	51
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.408	5.249	14.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.273	0	9.273
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	135	5.249	5.384
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-391	-391
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	124	124
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-23	-23
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	5.530	5.530
5.05.02.11	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	0	0	0	0	9	9
5.05.02.12	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	135	0	135
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-135	0	195	0	60
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-135	0	0	0	-135
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	195	0	195
5.07	Saldos Finais	100.000	6.405	93.817	9.603	-5.183	204.642

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	276	-46	0	0	230
5.04.08	Ajuste Provisão	0	276	0	0	0	276
5.04.09	Dividendos deliberados pela AGO de 30 de março de 2022	0	0	-46	0	0	-46
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.482	-2.750	8.732
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.263	0	11.263
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	219	-2.750	-2.531
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-100	-100
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	87	87
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-103	-103
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	-2.714	-2.714
5.05.02.11	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	0	0	0	0	80	80
5.05.02.12	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	219	0	219
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-219	0	832	-674	-61
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-219	0	0	0	-219
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	158	0	158
5.06.11	Realização de Oscilação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	936	-936	0
5.06.12	Efeitos Tributários Sobre Realização de Oscilação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	-262	262	0
5.07	Saldos Finais	100.000	6.713	79.245	12.314	-15.717	182.555

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
7.01	Receitas	2.553	4.055
7.01.01	Receitas com Operações de Seguros	2.906	117
7.01.04	Outras	70	4.009
7.01.05	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-423	-71
7.02	Variações das Provisões Técnicas	-2.987	-34
7.02.01	Operações de Seguros	-2.987	-34
7.03	Receita Operacional Líquida	-434	4.021
7.04	Benefícios e Sinistros	423	-4.300
7.04.01	Sinistros	250	-5.971
7.04.02	Var Prov Sinistro Ocorrido (Não Avisado)	173	1.671
7.05	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.158	-7.240
7.05.01	Materiais, Energia e Outros	-4.393	-5.248
7.05.02	Serviços Terceiros - Comissões Líquidas	-3.407	-1.992
7.05.03	Var. Despesas Comercialização Diferidas	1.642	0
7.06	Valor Adicionado Bruto	-6.169	-7.519
7.07	Retenções	-618	-263
7.07.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-618	-263
7.08	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.787	-7.782
7.09	VI Adic Recebido/Cedido em Transferência	28.088	29.917
7.09.01	Receitas Financeiras	7.235	6.066
7.09.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	20.585	19.471
7.09.03	Resultado Operações Resseguros Cedidos	81	3.437
7.09.04	Resultado Operações Cosseguros Cedidos	-79	41
7.09.05	Outros	266	902
7.10	Valor Adicionado Total a Distribuir	21.301	22.135
7.11	Distribuição do Valor Adicionado	21.301	22.135
7.11.01	Pessoal	6.224	5.071
7.11.01.01	Remuneração Direta	4.456	3.729
7.11.01.02	Benefícios	1.521	975
7.11.01.03	F.G.T.S.	247	367
7.11.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.018	1.707
7.11.02.01	Federais	1.590	1.100
7.11.02.02	Estaduais	0	5
7.11.02.03	Municipais	428	602
7.11.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.786	4.094
7.11.03.01	Juros	3.695	4.066
7.11.03.02	Aluguéis	91	28
7.11.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.273	11.263
7.11.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.273	11.263

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	405.181	390.894
1.01	Ativo Circulante	81.214	73.703
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	969	1.192
1.01.01.01	Caixa e Bancos	969	1.192
1.01.02	Aplicações Financeiras	59.546	47.307
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	54.157	36.816
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	54.157	36.816
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	5.389	10.491
1.01.02.02.01	Títulos Disponíveis para Venda	5.389	10.491
1.01.03	Créditos das Operações	15.058	16.860
1.01.03.01	Seguros e Resseguros	15.058	16.860
1.01.03.01.01	Prêmios a Receber	12	0
1.01.03.01.02	Operações com Seguradoras	0	54
1.01.03.01.03	Operações com Resseguradoras	816	734
1.01.03.01.04	Outros Créditos Operacionais	5.333	7.000
1.01.03.01.05	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	8.897	9.072
1.01.04	Títulos e Créditos a Receber	2.247	6.482
1.01.04.01	Títulos e Créditos a Receber	1.005	4.177
1.01.04.03	Créditos Tributários e Previdenciários	1.032	1.999
1.01.04.04	Outros Créditos	210	306
1.01.05	Outros Valores e Bens	2.283	1.862
1.01.05.01	Bens a Venda	2.283	1.862
1.01.07	Despesas Antecipadas	293	0
1.01.08	Despesas de Comercialização Diferidas	818	0
1.02	Ativo Não Circulante	323.967	317.191
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	160.668	157.198
1.02.01.04	Créditos das Operações	67.404	66.071
1.02.01.04.01	Operações com Seguros e Resseguradoras	174	175
1.02.01.04.02	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	63.789	62.662
1.02.01.04.04	Outros Créditos Operacionais	3.441	3.234
1.02.01.05	Títulos e Créditos a Receber	90.031	88.518
1.02.01.05.01	Créditos Tributários e Previdenciários	920	900
1.02.01.05.02	Depósitos Judiciais e Fiscais	88.902	87.024
1.02.01.05.04	Títulos e Créditos a Receber	209	594
1.02.01.07	Empréstimos e Depósitos Compulsórios	2.409	2.609
1.02.01.07.01	Empréstimos e Depósitos Compulsórios	2.409	2.609
1.02.01.09	Despesas de Comercialização Diferidas	824	0
1.02.02	Investimentos	154.201	151.780
1.02.02.01	Participações Societárias	147.185	144.225
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas no País	147.103	144.143
1.02.02.01.07	Outros Investimentos	82	82
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.016	7.555
1.02.02.02.01	Imóveis Urbanos não Destinados a Uso Próprio	7.016	7.555
1.02.03	Imobilizado	2.794	2.881

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.794	2.881
1.02.03.01.01	Imóveis de Uso Próprio	2.180	2.257
1.02.03.01.02	Bens Móveis de Uso Próprio	506	535
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	108	89
1.02.04	Intangível	6.304	5.332
1.02.04.01	Intangíveis	6.304	5.332

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	405.181	390.894
2.01	Passivo Circulante	18.066	22.485
2.01.01	Contas a Pagar	2.941	8.251
2.01.01.01	Obrigações a Pagar	117	428
2.01.01.02	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	478	853
2.01.01.03	Encargos Trabalhistas	840	461
2.01.01.04	Impostos e Contribuições	448	572
2.01.01.05	Dividendos a Pagar	1.058	5.937
2.01.02	Débitos de Operações	81	424
2.01.02.01	Seguros e Resseguros	81	424
2.01.02.01.02	Operações com Resseguradoras	73	424
2.01.02.01.03	Corretores de Seguros e Resseguros	8	0
2.01.03	Depósitos de Terceiros	22	28
2.01.04	Provisões Técnicas	15.022	13.782
2.01.04.01	Seguros e Resseguros	15.022	13.782
2.01.04.01.02	Provisão de Sinistros a Liquidar	15.022	13.782
2.02	Passivo Não Circulante	182.473	178.535
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	182.473	178.535
2.02.01.01	Contas a Pagar	2.319	2.619
2.02.01.01.01	Tributos Diferidos	2.135	2.180
2.02.01.01.02	Obrigações a Pagar	184	439
2.02.01.02	Débitos das Operações	1.021	1.850
2.02.01.02.01	Operações com resseguradoras	1.021	1.850
2.02.01.03	Provisões Técnicas	94.691	92.184
2.02.01.03.01	Seguros e Resseguros	94.691	92.184
2.02.01.04	Outros Passivos	84.442	81.882
2.02.01.04.01	Provisões Judiciais	84.442	81.882
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	204.642	189.874
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.405	6.489
2.03.03.01	Ativos Próprios	5.209	5.290
2.03.03.02	Controladas/Coligadas	1.196	1.199
2.03.04	Reservas de Lucros	93.817	93.817
2.03.04.01	Reserva Legal	20.000	20.000
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	15.294	15.294
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	58.523	58.523
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.603	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-5.183	-10.432

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.01	Receitas das Operações	-117	-11	113	4.092
3.01.01	Operações de Seguros	-117	-11	113	4.092
3.01.01.01	Prêmios de Seguros Ganhos	-133	-81	26	83
3.01.01.02	Outras Receitas de Seguros	16	70	87	4.009
3.02	Sinistros e Despesas das Operações	-499	-676	-505	-3.178
3.02.01	Operações de Seguros	-668	-757	-1.904	-6.615
3.02.01.01	Sinistros Retidos de Seguros	-187	344	-1.448	-4.259
3.02.01.02	Despesas de Comercialização de Seguros	-62	-65	-4	-8
3.02.01.03	Outras Despesas de Seguros	-419	-1.036	-452	-2.348
3.02.02	Operações de Resseguros	169	81	1.399	3.437
3.02.02.01	Sinistros Retidos de Resseguros	169	81	1.399	3.437
3.03	Resultado Bruto	-616	-687	-392	914
3.04	Despesas Administrativas	-7.650	-13.300	-5.762	-11.289
3.04.01	Despesas com Pessoal Próprio	-4.041	-7.345	-3.225	-5.929
3.04.02	Despesas com Serviços de Terceiros	-1.015	-1.700	-1.089	-1.984
3.04.03	Despesas com Localização e Funcionamento	-1.470	-2.685	-960	-1.916
3.04.04	Despesas com Publicidade e Propaganda	-704	-835	-65	-142
3.04.05	Despesas com Tributos	-351	-605	-388	-814
3.04.06	Despesas com Publicações	-3	-25	-3	-340
3.04.07	Despesas com Donativos e Contribuições	-20	-38	-24	-45
3.04.08	Outras Despesas Administrativas	-46	-67	-8	-119
3.05	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-504	-900	-536	-314
3.05.01	Receitas com Imóveis de Renda	117	245	127	259
3.05.02	Despesas com Imóveis destinados à Renda/Venda	-632	-1.165	-656	-1.196
3.05.03	Outros Investimentos	15	21	0	9
3.05.04	Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes	0	0	0	634
3.05.08	Perda por redução ao valor recuperável sobre aluguéis	-4	-1	-7	-20

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.348	20.607	9.895	20.230
3.06.01	Receitas de Equivalência Patrimonial	10.348	20.607	9.895	20.230
3.07	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.578	5.720	3.205	9.541
3.08	Resultado Financeiro	2.929	3.569	1.273	1.347
3.08.01	Receitas Financeiras	4.746	7.310	3.755	6.143
3.08.02	Despesas Financeiras	-1.817	-3.741	-2.482	-4.796
3.09	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.507	9.289	4.478	10.888
3.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	16	-16	278	375
3.10.02	Diferido	16	-16	278	375
3.11	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.523	9.273	4.756	11.263
3.13	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.523	9.273	4.756	11.263
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,56076	1,14992	0,58978	1,3967
3.99.01.02	PN	0,61684	1,26491	0,64875	1,53637

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	4.523	9.273	4.756	11.263
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.989	5.384	-2.729	-2.531
4.02.01	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-52	-391	-1.833	-100
4.02.02	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	15	124	513	87
4.02.04	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	2.989	5.530	-1.575	-2.714
4.02.07	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	-10	-23	169	-103
4.02.08	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	3	9	-47	80
4.02.16	Realização da Reserva de Reavaliação	108	167	0	242
4.02.17	Efeito tributário sobre realização da reserva de reavaliação	-64	-32	44	-23
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	7.512	14.657	2.027	8.732
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.512	14.657	2.027	8.732

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-20.938	4.118
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.232	-11.151
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	9.273	11.263
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	618	263
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20.607	-20.230
6.01.01.06	Perda por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	423	71
6.01.01.07	Ganho com Alienação de Investimento e Imobilizado	0	-634
6.01.01.08	Receitas com Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Outros	-2.361	-2.314
6.01.01.09	Receitas com Créditos Fiscais e Previdenciários	-59	-97
6.01.01.10	Despesas com Atualização e Juros de Provisões Técnicas	1.175	1.515
6.01.01.11	Rendimentos de Aplicações Financeiras	-2.392	-3.139
6.01.01.12	Despesas com Atualização Monetária de Provisões Judiciais	2.407	2.366
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social - diferido	16	-375
6.01.01.15	Provisões Trabalhistas e Cíveis	275	160
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.706	15.269
6.01.02.01	Ativos Financeiros	-10.238	15.436
6.01.02.02	Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	-463	1.813
6.01.02.03	Ativos de Resseguros	-84	-1.134
6.01.02.04	Créditos Fiscais e Previdenciários	1.005	951
6.01.02.05	Depósitos Judiciais e Fiscais	329	-267
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	-292	-572
6.01.02.07	Outros Ativos	97	-317
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	-375	-371
6.01.02.09	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	-187	-1.270
6.01.02.10	Débitos Operacionais com seguros e Resseguros	-1.162	1.336
6.01.02.11	Depósitos de Terceiros	-7	533
6.01.02.12	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	1.707	878
6.01.02.13	Provisões Judiciais	180	61
6.01.02.14	Outros Passivos	0	29
6.01.02.15	Ajuste Oscilação Cambial	-24	108
6.01.02.16	Outros Créditos Operacionais	1.460	-1.649
6.01.02.17	Custos de Aquisição Diferidos	-1.642	0
6.01.02.18	Títulos e créditos a receber	-10	-296
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	25.399	1.275
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-72	-71
6.02.03	Aquisição de Intangível	-1.314	-1.504
6.02.05	Alienação de Investimentos	398	1.679
6.02.07	Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos	26.387	1.171
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.684	-7.948
6.03.01	Dividendos Pagos	-4.684	-7.948
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-223	-2.555
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.192	4.027
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	969	1.472

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	6.489	93.817	0	-10.432	189.874	0	189.874
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	6.489	93.817	0	-10.432	189.874	0	189.874
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	51	0	0	0	51	0	51
5.04.08	Ajuste Provisão	0	51	0	0	0	51	0	51
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.408	5.249	14.657	0	14.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.273	0	9.273	0	9.273
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	135	5.249	5.384	0	5.384
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-391	-391	0	-391
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	124	124	0	124
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-23	-23	0	-23
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	5.530	5.530	0	5.530
5.05.02.11	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	0	0	0	0	9	9	0	9
5.05.02.12	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	135	0	135	0	135
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-135	0	195	0	60	0	60
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-135	0	0	0	-135	0	-135
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	195	0	195	0	195
5.07	Saldos Finais	100.000	6.405	93.817	9.603	-5.183	204.642	0	204.642

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654	0	173.654
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654	0	173.654
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	276	-46	0	0	230	0	230
5.04.08	Ajuste Provisão	0	276	0	0	0	276	0	276
5.04.09	Dividendos deliberados pela AGO de 30 de março de 2022	0	0	-46	0	0	-46	0	-46
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.482	-2.750	8.732	0	8.732
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.263	0	11.263	0	11.263
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	219	-2.750	-2.531	0	-2.531
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-100	-100	0	-100
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	87	87	0	87
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-103	-103	0	-103
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	-2.714	-2.714	0	-2.714
5.05.02.11	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	0	0	0	0	80	80	0	80
5.05.02.12	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	219	0	219	0	219
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-219	0	832	-674	-61	0	-61
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-219	0	0	0	-219	0	-219
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	158	0	158	0	158
5.06.11	Realização de Oscilação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	936	-936	0	0	0
5.06.12	Efeitos Tributários Sobre Realização de Oscilação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	-262	262	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	6.713	79.245	12.314	-15.717	182.555	0	182.555

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
7.01	Receitas	2.553	4.055
7.01.01	Receitas com Operações de Seguros	2.906	117
7.01.04	Outras	70	4.009
7.01.05	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-423	-71
7.02	Variações das Provisões Técnicas	-2.987	-34
7.02.01	Operações de Seguros	-2.987	-34
7.03	Receita Operacional Líquida	-434	4.021
7.04	Benefícios e Sinistros	423	-4.300
7.04.01	Sinistros	250	-5.971
7.04.02	Var Prov Sinistro Ocorrido (Não Avisado)	173	1.671
7.05	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.158	-7.240
7.05.01	Materiais, Energia e Outros	-4.393	-5.248
7.05.02	Serviços Terceiros - Comissões Líquidas	-3.407	-1.992
7.05.03	Var. Despesas Comercialização Diferidas	1.642	0
7.06	Valor Adicionado Bruto	-6.169	-7.519
7.07	Retenções	-618	-263
7.07.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-618	-263
7.08	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.787	-7.782
7.09	VI Adic Recebido/Cedido em Transferência	28.185	30.753
7.09.01	Receitas Financeiras	7.310	6.143
7.09.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	20.607	20.230
7.09.03	Resultado Operações Resseguros Cedidos	81	3.437
7.09.04	Resultado Operações Cosseguros Cedidos	-79	41
7.09.05	Outros	266	902
7.10	Valor Adicionado Total a Distribuir	21.398	22.971
7.11	Distribuição do Valor Adicionado	21.398	22.971
7.11.01	Pessoal	6.224	5.071
7.11.01.01	Remuneração Direta	4.456	3.729
7.11.01.02	Benefícios	1.521	975
7.11.01.03	F.G.T.S.	247	367
7.11.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.070	1.813
7.11.02.01	Federais	1.642	1.206
7.11.02.02	Estaduais	0	5
7.11.02.03	Municipais	428	602
7.11.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.831	4.824
7.11.03.01	Juros	3.741	4.796
7.11.03.02	Aluguéis	90	28
7.11.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.273	11.263
7.11.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.273	11.263

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor do lucro líquido por ação e o valor patrimonial das ações).

Dentre os principais destaques do primeiro semestre de 2023 comparados com o mesmo período de 2022 estão:

Os Prêmios Emitidos Líquidos totalizaram no semestre R\$ 2.906, um aumento de 2.384%, comparado com o mesmo período do ano anterior. Com a retomada das operações, este resultado positivo demonstra o desempenho alcançado com o contrato de representação (canal de parceria) para venda de produtos de Seguro Garantia Estendida no valor de R\$ 2.784.

Os Prêmios Ganhos apresentaram um resultado negativo devido ao cálculo atuarial do Teste de Adequação de Passivos que identificou uma insuficiência nas provisões técnicas da carteira de vida *run-off* da Companhia, e reconheceu uma variação da provisão complementar de cobertura negativa, no valor de R\$ 290.

As despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial, corresponderam a R\$ 1.707, mas em função da vigência dos respectivos riscos, houve o reconhecimento do diferimento dos custos atrelados aos riscos futuros dos prêmios emitidos, no valor de R\$ 1.642.

Os sinistros ocorridos com os efeitos de resseguro entre novas estimativas, reavaliações e acordos relacionados aos sinistros judiciais, a Companhia obteve um resultado positivo no valor total de R\$ 425 contra uma despesa de R\$ 822 no mesmo período do ano anterior.

As Outras Receitas e Despesas Operacionais apresentaram um resultado negativo de R\$ 966 (R\$ 1.661 positivo no mesmo período do ano anterior). Em 2022, reconhecemos o êxito de um processo judicial do ramo de Responsabilidade Civil Facultativa Veículo cujo efeito líquido foi de R\$ 2.180.

As Despesas administrativas incorreram em R\$ 12.695, um crescimento de 21,19%, representado basicamente pelo aumento de despesas com pessoal próprio no valor de R\$ 1.474 para adequação às necessidades da nova estrutura operacional, R\$ 930 com utilização de equipamentos, basicamente relacionadas as licenças dos novos sistema, R\$ 693 com despesas de publicidade e propaganda e redução com despesas de publicações no valor de R\$ 315 com a utilização da faculdade estabelecida na resolução da CVM Nº 166, de 01.09.2022, que dispensa a Companhia para publicação em jornal de grande circulação.

Os investimentos em participações societárias atingiram um resultado positivo no valor de R\$ 20.585, crescimento de 5,72% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

A remuneração com as aplicações financeiras foi de R\$ 2.392 no semestre, corresponde uma redução de 23,80% comparado com o mesmo período do ano anterior, justificada pela redução do volume dos ativos em fundos de renda fixa com investimentos realizados.

Ganho com vendas de ações BOVA e Banco do Brasil no valor de R\$ 2.134.

Comentário do Desempenho

Ganho com ativos não correntes - Não houve operação de vendas com imóveis no semestre corrente. Já no mesmo período anterior incorremos em R\$ 634.

No período de 2023, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 9.273, redução de 17,67% em relação ao reportado no mesmo período de 2022. O valor patrimonial da ação em 30/06/2023 ficou avaliado em R\$ 26,65 (R\$ 24,72, em 31/12/2022), representando um aumento de 7,78% em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2022.

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido inicial foi de 4,88% (10,49%, em 31/12/2022) e o lucro por ação R\$ 1,21 (R\$ 1,47, no mesmo período do ano anterior).

As principais informações referentes aos ramos operados pela Companhia, nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, refletiram-se no resultado conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

Notas explicativas da Administração às informações intermediárias em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 para as contas patrimoniais e em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 para as demais demonstrações
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto a quantidade de ações)

1. Contexto operacional

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia” ou “Alba”), constituída em 1870, tem por objetivo social operações nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, estando atualmente operando com os ramos de acidentes pessoais coletivo, vida em grupo, prestamista, vida individual, acidentes pessoais individual, residencial, compreensivo empresarial, riscos diversos e garantia estendida.

A partir de janeiro 2021, em atendimento à resolução CNSP nº 388, de 8 de setembro de 2020, e alterações posteriores, a Companhia está enquadrada no segmento 3 (“S3”), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

A Companhia, além da matriz em Salvador, opera com a sucursal em São Paulo, mantendo ainda uma subsidiária integral no Uruguai denominada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (“Compañia Uruguay”) que encontra-se em processo de liquidação voluntária.

Dentre as atividades realizadas pela Companhia, figuram a participação na Brasilcap Capitalização S.A. (“Brasilcap”) referência no mercado de capitalização e outras participações conforme nota explicativa nº 12, bem como investimentos em operações imobiliárias conforme nota explicativa nº 13.

▪ Resolução CNSP nº 432/2021

A partir de 3 de janeiro de 2022, entrou em vigor a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP Nº 432, atualizada pela Resolução - CNSP 448 de 10 de outubro de 2022, que revogou as Resoluções 321/2015, 412/2021 entre outras. As alterações estabelecem para as sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras a inclusão de ajustes de qualidade de cobertura do capital mínimo requerido (CMR) no cálculo do patrimônio líquido ajustado (PLA).

▪ Retomada das Operações da Companhia

Com base no projeto de revitalização das operações de seguros da Companhia, informado através do Fato Relevante do dia 23 de fevereiro de 2022 aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovado com o lançamento de novos produtos nos segmentos pessoal (vida, acidentes pessoais e prestamista) e de danos (residencial, empresarial, riscos diversos e garantia estendida).

Em janeiro de 2023, a Alba iniciou o processo de vendas do Seguro Garantia Estendida, através do contrato de representação (canal de parceria) para venda de produtos de seguros com o parceiro varejista, que visa a proteção de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, portáteis, móveis dentre outros após o vencimento da garantia original do fabricante. Além disso, em maio de 2023, começou a comercializar produtos nos ramos compreensivo residencial e empresarial e riscos diversos.

Notas Explicativas

A Alba firmou parceria com empresa líder em soluções e serviços de assistência, com presença em mais de 200 países, para ofertar serviços de assistências em seus produtos. Pelo acordo, serão ofertadas soluções como telemedicina, orientação médica por telefone, desconto em medicamentos, assistência bike, check-up lar kids e assistência PET.

A autorização para emissão das informações intermediárias de 30 de junho de 2023 foi concedida pela Diretoria da Companhia em 14 de agosto de 2023.

As informações intermediárias de 30 de junho de 2023 foram analisadas pelo Conselho de Administração em 14 de agosto de 2023.

2. Elaboração e apresentação das informações intermediárias

a) Base de elaboração

As informações intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo as isenções de adoção facultadas às Companhias Abertas no Brasil para as ITRs do exercício de 2023, em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Por não haver diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o da controladora, as informações intermediárias estão sendo divulgadas em um único conjunto.

As informações intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira e práticas adotadas Brasil aplicáveis a companhias abertas, como suplemento das informações intermediárias. A DVA foi preparada com base nas disposições contidas no Pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda funcional e de apresentação é o real (R\$), sendo os valores das informações intermediárias individuais e consolidadas expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

I - Pronunciamentos Contábeis

- **CPC 48** - Instrumentos financeiros - O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável

Notas Explicativas

para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 01 de janeiro de 2023. Contudo, a Companhia decidiu utilizar da isenção da faculdade para elaboração com base no CPC 11 e com isso, postergar a adoção desta norma.

- **CPC 50 - Contratos de Seguros** - Em 1º de janeiro de 2023 entrou em vigor o CPC 50 em substituição ao CPC 11 - Contratos de seguro. No dia 09 de maio de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou o informativo da Reunião do Colegiado nº 17, e decidiu que:

(a) o início de vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 deve ser mantido para os exercícios sociais iniciados em ou após 01.01.2023;

(b) as DFPs (Demonstrações Financeiras Padronizadas) anuais de encerramento dos exercícios sociais iniciados em ou após 01.01.2023 deverão ser elaboradas e apresentadas com base no CPC 50;

(c) exclusivamente no exercício social de 2023, será facultado às companhias a elaboração das Informações Trimestrais - ITRs com base no CPC 11 (política contábil anterior); e

(d) as companhias que se utilizarem da permissão contida no item “c” acima, deverão elaborar e reapresentar seus ITRs referentes exercício social de 2023 com base no CPC 50, devendo arquivar as versões reapresentadas dos ITRs na mesma data em que apresentarem as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2023.

A Companhia junto com uma consultoria externa especializada no tema, estruturou as informações do CPC 50, mas devido à complexidade quanto aos impactos a serem divulgados não foi possível obter uma revisão mais completa em tempo hábil para atendimento ao prazo de envio das informações trimestrais e por isso, decidiu utilizar da isenção da faculdade para elaboração com base no CPC 11.

Esta norma estabelece os princípios para reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros e resseguros e contratos de investimento com característica de participação discricionária.

Ao identificar contratos no escopo do CPC 50, em alguns casos terá que avaliar se um conjunto ou uma série de contratos precisará ser tratado como um único contrato e se derivativos embutidos, componentes de investimento e componentes de bens e serviços devem ser separados e contabilizados sob outra norma. Também devem ser avaliados os impactos de outros componentes dentro dos contratos de resseguro.

A norma segrega os contratos de seguros por grupos e cada carteira é dividida em cortes anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada corte anual em três grupos para fins de mensuração:

- Quaisquer contratos que são onerosos no reconhecimento inicial;
- Quaisquer contratos que, no reconhecimento inicial, não têm qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e
- Quaisquer contratos remanescentes no corte anual.

Notas Explicativas

Os modelos de mensuração são determinados com base em critérios específicos que envolvem análises quantitativas e qualitativas sobre esses contratos. Os modelos de mensuração aplicáveis podem ser segregados nas seguintes categorias:

(a) Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA)

É um modelo de mensuração simplificado em relação à Abordagem Geral de Mensuração (GMM ou BBA) e opcional no CPC 50 que está disponível para contratos de seguro e resseguro que atendem aos critérios de elegibilidade, permitido para grupos que tenham o limite de contrato de curto prazo.

(b) Abordagem Geral de Mensuração (GMM ou BBA)

É o principal modelo utilizado para mensuração dos contratos de seguro, baseado na mensuração dos Fluxos de Caixas Esperados (entradas e saídas), considerando uma estimativa de valor do dinheiro no tempo (impacto financeiro / Taxa de Desconto) e um ajuste de risco não financeiro.

A Companhia utilizou duas abordagens BBA e PAA, considerando as características dos contratos de seguro existentes. Os contratos de seguro devem ser mensurados considerando os componentes:

Fluxo de Caixa - De acordo com o CPC 50 a Companhia deve incluir na mensuração de um grupo de contratos de seguro todas as entradas e saídas esperadas dentro do limite contratual de cada grupo de contratos.

As estimativas de fluxos de caixa futuros de um grupo de contratos de seguro, conforme o CPC 50, devem:

- Incorporar de forma imparcial todas as informações razoáveis e verificáveis (estimativas não enviesadas) - que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos sobre o valor, momento e incerteza desses fluxos de caixa futuros;
- Incluir todos os fluxos de caixa futuros dentro dos limites de cada contrato no grupo;
- Refletir a perspectiva da Companhia, porém, mesmo assim, ser consistente com as condições observadas no mercado;
- Refletir as condições existentes na data de avaliação, incluindo premissas nessa data sobre o futuro (estimativas atuais ou correntes); e
- Projetar diversos componentes de forma explícita: a Companhia deve estimar o ajuste pelo risco não financeiro, e considerar o ajuste para o valor do dinheiro no tempo e risco financeiro de forma segregada.

Taxa de Desconto - As taxas de desconto aplicadas às estimativas dos fluxos de caixa futuros devem:

- a. refletir o valor do dinheiro no tempo;
- b. ser consistente com os preços de mercado, de acordo com as características dos contratos em termos de *duration*, moeda e liquidez; e
- c. excluir o efeito de fatores que influenciam tais preços de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa.

Para determinar as taxas de desconto na data de reconhecimento inicial de um grupo de contratos, a Companhia pode usar taxas de desconto médias ponderadas durante o período em que os contratos no grupo são emitidos (não pode exceder um ano).

Notas Explicativas

No caso de grupos de contratos avaliados pela abordagem de alocação de prêmio (PAA), a entidade não é obrigada a ajustar os fluxos de caixa futuros para o valor do dinheiro no tempo e o efeito de risco financeiro se se espera que esses fluxos de caixa sejam pagos ou recebidos em um ano ou menos a contar da data em que os sinistros ocorrem.

Ajuste pelo Risco Não Financeiro - estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa.

Margem Contratual - lucro não ganho que será reconhecido conforme a prestação dos serviços de seguro, sendo representado no reconhecimento inicial pela diferença no valor presente das entradas e saídas estimadas dos fluxos de caixa menos o ajuste pelo risco não financeiro.

Transição

A norma apresenta três opções de abordagens para transição, são elas:

- Abordagem retrospectiva completa (“*Full Retrospective Approach*” - FRA);
- Abordagem retrospectiva modificada (“*Modified Retrospective Approach*” - MRA);
- Abordagem do valor justo o (“*Fair Value Approach*” - FVA).

Somente quando for impraticável uma Companhia adotar uma aplicação retrospectiva completa para um grupo de contratos, ela pode optar entre aplicar uma abordagem retrospectiva modificada e/ou a abordagem do valor justo. De acordo com o IAS 8/CPC 23, a aplicação de um requisito é impraticável quando a Companhia não pode aplicá-lo depois de realizar todos os esforços razoáveis para o fazer.

O período de transição deve ocorrer no início do período de relatório anual, imediatamente anterior à data da aplicação inicial, a partir de 1º de janeiro de 2023. De acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os períodos comparativos e o impacto da nova norma serão divulgados de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira.

e) Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das informações intermediárias requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis que afetam os saldos dos ativos e passivos relevantes, com riscos significativos incluem cálculos para:

- (i) redução ao valor recuperável de contas a receber e imóveis (vidas úteis e *impairment*)

A Companhia constitui redução ao valor recuperável dos créditos de realização duvidosa tomando por base: os créditos de prêmios a receber vencidos relativos a riscos decorridos, inclusive outros valores a vencer deste mesmo devedor; os valores a recuperar do IRB - Brasil Resseguros S.A. referentes aos sinistros pagos há mais de 180 dias; e para os demais créditos é reconhecida a redução, quando aplicável, no montante suficiente para suportar a perda esperada.

Notas Explicativas

A Companhia verifica no final de cada período a necessidade de reconhecer perda para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado, bem como rever as taxas de depreciação.

(ii) Provisões Técnicas de Seguros

As provisões técnicas são obrigações constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Companhia constitui essas obrigações para reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos, utilizando de julgamentos e estimativas para apresentar a menor distorção com a sua realização.

Para constituição da provisão de sinistros a liquidar, a Companhia utiliza de todas as informações internas e externas, têm como base o histórico, opinião de advogados, do responsável pela liquidação dos sinistros e experiência do Atuário, e por isso não apresentam grandes distorções. Podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida).

A mensuração dos valores atuariais, dependem de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros e severidade. Seus critérios, métodos, parâmetros e fórmulas utilizados são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs).

(iii) Provisões e Contingências

A Companhia revisa periodicamente suas provisões e contingências, que são avaliadas com base nas melhores estimativas da Companhia e dos assessores legais. O valor da causa/reclamado é atribuído levando em consideração cada pedido indicado na petição inicial, engloba a totalidade do principal e seus reflexos, já os valores provisionados dos processos são estimados e atualizados pelos assessores legais com base em fatos geradores, dentre eles aspectos fáticos e reconhecimento do direito da parte, que representa a expectativa provável de perda da causa.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os seguintes principais aspectos:

Notas Explicativas

▪ Prêmios e comissões

Os prêmios e comissões são apropriados ao resultado pela emissão das respectivas apólices, deduzidos dos cancelamentos e restituições e diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices, quando aplicável.

Os juros cobrados do segurado, em caso de prêmios pagos a prazo são denominados como adicional de fracionamento e são apropriados ao resultado financeiro ao longo do prazo de parcelamento acordado, quando aplicável.

▪ Retrocessões

O resultado de retrocessões, decorrente de indenizações e provisões técnicas, é apropriado trimestralmente, com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A., atualizados monetariamente, quando aplicável. Os valores de retrocessões correspondem às transações residuais de participação obrigatória, não estando a Companhia operando pelas condições facultativas.

b) Ativo circulante e realizável a longo prazo (não circulante)

i. Instrumentos Financeiros - Classificação e mensuração

▪ Títulos para negociação - valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 4)

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são reconhecidos ao valor justo, mensalmente, na demonstração do resultado.

▪ Títulos disponíveis para venda - valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota explicativa nº 4)

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos que não se enquadram nas outras categorias. São ajustados ao valor de mercado, computando-se as valorizações ou desvalorizações em contrapartida à conta “ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, com seu respectivo efeito tributário. Quando da alienação dos títulos procede-se à baixa dos ganhos ou perdas para o resultado.

▪ Empréstimos e recebíveis

Representam ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, efetuando-se a atualização monetária, quando aplicável, menos perda por redução ao valor recuperável. Nesta categoria se encontram os prêmios de seguro a receber, os sinistros pagos a recuperar do IRB e congêneres, aluguéis e outros créditos operacionais representados substancialmente por adiantamento de comissão a título de remuneração por vendas futuras dos produtos de seguros e por créditos com operações com a Caixa Econômica Federal (CEF)/Sistema Financeiro Habitacional (SFH), bem como direitos resultantes da venda de imóveis e créditos a receber das investidas.

Notas Explicativas

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis.

ii. Demais itens

Os demais itens classificados no ativo circulante e no realizável a longo prazo (não circulante) são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos que são reconhecidos no resultado.

A redução ao valor recuperável dos demais créditos de realização duvidosa é reconhecida em base suficiente para suportar a perda esperada, quando aplicável.

Nos ativos circulante e não circulante, na rubrica “ativos de resseguros - provisões técnicas”, está considerada a parte do ressegurador no montante das provisões de sinistros a liquidar e de despesas relacionadas - PDR.

As participações do ressegurador nas demais provisões técnicas estão consideradas na mesma rubrica do ativo circulante.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis.

c) Investimentos em participações societárias

As participações societárias em controlada, coligada e investida sob controle comum são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, para fins das informações intermediárias individuais. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das investidas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os demais investimentos, representados por outras participações societárias, são contabilizados pelo custo de aquisição, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

d) Propriedades para investimentos

Neste grupo estão classificados os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, demonstrados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e perdas considerando a última reavaliação, em 2006.

As propriedades para investimentos que forem arrendadas obedecerão às regras do CPC 06 (R2), já em vigor.

Um item do grupo de investimentos é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimentos (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

A composição detalhada do grupo de investimentos consta da nota explicativa nº 13.

Notas Explicativas

e) Custos de aquisição diferidos (CAD)

Referem-se as despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial e são diferidas individualmente de acordo com a vigência do respectivo risco, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

f) Bens a Venda - Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, são classificados mantidos para venda quando são colocados efetivamente para venda imediata em suas condições atuais, que se encontram sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros e que seja altamente provável durante 12 meses para sua realização. São mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor justo subtraído das despesas de venda.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, exceto quanto aos imóveis (terrenos e edificações) que foram reavaliados a preços de mercado em dezembro de 2006.

A Companhia verifica no final de cada período a necessidade de reconhecer perda para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado, bem como rever as taxas de depreciação.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo.

Neste grupo será lançado qualquer operação de arrendamento classificado como Bens de Direito de Uso que estiver enquadrado nas regras do CPC 06 (R2), já em vigor.

A composição detalhada do imobilizado consta da nota explicativa nº 14.

h) Intangível

Representa, essencialmente, o custo de aquisição e desenvolvimento de softwares, deduzido das amortizações que são calculadas pelo método linear à taxa de 20% a.a. e pela aquisição dos direitos de exclusividade dos canais de venda de seguro garantia, que são amortizados pelo método linear com base nos prazos contratuais, quando aplicável.

Os custos com softwares que são diretamente atribuíveis a projetos com desenvolvimento, são reconhecidos como ativos intangíveis e os custos associados à manutenção como despesa no resultado, conforme incorridos.

A Companhia mantém registrados os gastos na implementação de novos softwares que estão em andamento, sem amortização.

Notas Explicativas

A composição detalhada do intangível consta da nota explicativa nº 15.

i) Provisões técnicas - seguros

Com referência às provisões técnicas, a Companhia aplicou as normas previstas na Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 e na circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores.

▪ Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

Calculada “pro-rata” dia com base nos prêmios emitidos e prêmios de resseguro e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período a decorrer na data-base de cálculo. Quando aplicável, é constituída, também, para riscos vigentes e não emitidos. Em 30 de junho de 2023, o montante desta provisão está constituído pelo valor de R\$ 2.696, classificado no passivo circulante e não circulante com base no período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo, conforme consta na nota explicativa nº 26a.

▪ Provisão Complementar de Cobertura

Esta provisão deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado semestralmente no Teste de Adequação de Passivos (TAP), a qual não é cumulativa. Em 30 de junho de 2023, o montante desta provisão está constituído pelo valor de R\$ 2.398, classificado no passivo não circulante correspondente a prêmios futuros (R\$ 2.107, em 31/12/2022), conforme consta na nota explicativa nº 26e.

▪ Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

Provisão constituída mensalmente com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, incluindo as operações de cosseguros aceitos, acrescida de encargos financeiros, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. A parcela referente às operações de retrocessões toma como base as informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A.

Para os sinistros em litígio, a Companhia classifica as provisões no circulante e não circulante em função do tempo de expectativa de liquidação da obrigação.

▪ Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER)

Trata-se de uma parcela específica da provisão de sinistros a liquidar (PSL) com o objetivo de ajustar, agregadamente, os valores de sinistros avisados e não pagos, nas esferas administrativas e judiciais. Esta provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, descritas em nota técnica atuarial, e com base no desenvolvimento histórico dos sinistros, também líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. Em 30 de junho de 2023, esta provisão apresenta o saldo de R\$ 330, conforme metodologia aplicada pela Companhia.

Notas Explicativas

▪ Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)

Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados, nas esferas administrativas e judiciais, incluindo as parcelas de cosseguros aceitos, segundo nota técnica atuarial, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguro. Esta provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, descritas em nota técnica atuarial, e com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. Em 30 de junho de 2023, esta provisão apresenta o saldo de R\$ 122, conforme metodologia aplicada pela Companhia.

▪ Provisão de despesas relacionadas (PDR)

Constituída mensalmente para cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas individuais para cada sinistro, quanto às despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada, líquida de cosseguros cedidos e bruta de resseguros.

▪ Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja a vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido.

Por se tratar de produtos novos, a Companhia estimou a provisão com base nos percentuais estabelecidos na Circular SUSEP nº 648 de 2021 e alterações posteriores. Após a consolidação do produto no mercado, irá adotar as metodologias calculada com técnicas atuariais, descritas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de prêmios, que estimam o volume de prêmios referentes à apólices vigentes, mas que ainda não foram emitidas.

j) Teste de adequação de passivos (TAP)

O Pronunciamento CPC 11- Contratos de Seguros requer que as seguradoras e operadoras emitentes de contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos, constituídos pelas provisões técnicas, registrados em cada semestre, através de um Teste de Adequação de Passivos (TAP), observando-se as regras definidas e procedimentos para sua realização, conforme normas do órgão regulador.

Este teste deve avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro, a ser elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa, dessas obrigações, deverão considerar todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro para as sociedades seguradoras, descontadas a valor presente com base nas Estruturas a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de riscos e comparadas com as provisões técnicas constituídas em junho e em dezembro de cada ano.

A partir de janeiro de 2022, a SUSEP passou a adotar nova metodologia de estimativa das estruturas a termo das taxas de juros livre de riscos para a curva prefixada utilizada pela Companhia. Entretanto, a sua obrigatoriedade foi a partir de junho de 2022. Para a curva

Notas Explicativas

de Cupom de IPCA não houve alterações, sendo utilizada, pela Companhia, a curva estimada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Se o resultado do teste de adequação de passivo relativo a prêmios registrados/não registrados indicar insuficiência, já deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil na data-base dos títulos “mantidos até o vencimento” em garantia das provisões técnicas, a Companhia deverá reconhecê-la na Provisão Complementar de Cobertura (PCC); se o resultado do teste relativo às demais provisões técnicas (PSL, PDR e IBNR) indicar insuficiência, a Companhia deverá reconhecê-la na própria provisão técnica deficitária e ajustar a sua metodologia e recalcular o teste de adequação.

k) Provisões para tributos diferidos

As provisões para tributos diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data base das informações intermediárias sobre os efeitos diferidos decorrentes de valores não tributáveis temporariamente sobre: ganhos não realizados na carteira de ações e venda de imóveis (circulante); reserva de reavaliação de imóveis (em 2006); e oscilação cambial de investimento no exterior (não circulante). A composição detalhada destas provisões consta da nota explicativa nº 16.

l) Provisões judiciais

As provisões judiciais nas esferas fiscais, trabalhistas e cíveis são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros com base na avaliação da Companhia e dos assessores jurídicos e são atualizados monetariamente, de acordo com os índices legais aplicáveis às diversas circunstâncias. A composição detalhada destas provisões consta na nota explicativa nº 17.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estas provisões por não serem aplicáveis.

m) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base na disposição estatutária que é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado consoante legislação em vigor, com acréscimo de 10% para as ações preferenciais em observância à Lei nº 9.457/97, provisionado no final do exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei para a sua retenção. O dividendo adicional proposto será constituído após aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

n) Critérios de consolidação

No processo de consolidação são eliminados os saldos de contas intercompanhias, o investimento na controlada, as receitas, as despesas e os lucros não realizados decorrentes de transações entre as Companhias consolidadas, quando aplicável.

Notas Explicativas

A controlada Companhia Uruguay foi autorizada a funcionar em 24 de maio de 1995 pelo Poder Executivo do Uruguai no segmento de transporte, encontrando-se em processo de liquidação voluntária.

Para fins de consolidação, os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos em reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do período e as contas de resultado pela média mensal da taxa de câmbio. O valor líquido das diferenças cambiais resultantes dessa conversão é contabilizado no patrimônio líquido, em linha específica.

o) Lucro líquido por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro líquido por ação mediante a divisão do lucro, pela quantidade média ponderada das ações em circulação (ordinárias e preferenciais) durante o período. Não há efeitos diluídos.

	30/06/2023	30/06/2022
Operações continuadas		
Lucro líquido do período	9.273	11.263
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais	7.680.000	7.680.000
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	1,21	1,47

4. Aplicações (consolidado)

	30/06/2023			31/12/2022		
	Custo de aquisição	Valor de mercado	%	Custo de aquisição	Valor de mercado	%
a) Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado)						
Título de renda fixa						
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	39.337	40.585	68,2	20.842	22.113	46,7
Quotas de outros fundos de investimentos	12.823	13.572	22,7	13.236	14.703	31,1
	52.160	54.157	90,9	34.078	36.816	77,8
b) Títulos disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)						
Títulos de renda variável	3.787	5.389	9,1	8.498	10.491	22,2
Total de aplicações	59.546	100,0		47.307	100,0	
Total de ativo de aplicações - Circulante	59.546			47.307		
Total de ativo de aplicações - Não Circulante	-			-		

A Companhia mantém sua estratégia de investimentos, aplicando 90,9% da sua carteira em fundos de investimentos com os seguintes objetivos:

- Atender as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e SUSEP que estabelecem os conceitos e regras para composição de reserva

Notas Explicativas

técnica para cobertura das operações. Para isto, aplica 68,2% dos seus ativos em fundos de investimentos em uma carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos, destinados a sociedades seguradoras e sociedades de capitalização; e

- Atender ao conceito de diversificação dos ativos buscando equilíbrio na relação “risco x rentabilidade”, para isto tem uma carteira de investimento em fundos diversificada com ativos que possuem como objetivo uma rentabilidade superior ao CDI e ativos que são atrelados a mercados de juros nominais, reais e índices de preços de mercado como os títulos públicos.

Em 2023, os fundos de renda fixa apresentaram uma rentabilidade de 6,31% equivalente a 97,1% do CDI.

4.1. Movimento de aplicações (circulante e não circulante - consolidado)

	Saldos em 31/12/2021	Aplicação	Resgate/ Venda	Rendimento	Ganho (Perda)	Saldos em 31/12/2022	Aplicação	Resgate/ Venda	Rendimento	Ganho (Perda)	Saldos em 30/06/2023
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	36.262	29.336	(46.866)	3.381	-	22.113	56.103	(39.648)	2.017	-	40.585
Quotas de outros fundos de investimentos	24.016	5.410	(17.293)	2.570	-	14.703	9.353	(10.859)	375	-	13.572
Títulos de Renda Fixa - Públicos - Uruguai	4.280	-	(3.869)	(418)	7	-	-	-	-	-	-
Títulos de renda variável	10.689	548	(1.249)	-	503	10.491	-	(6.844)	-	1.742	5.389
Totais	75.247	35.294	(69.277)	5.533	510	47.307	65.456	(57.351)	2.392	1.742	59.546

4.2. Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. O valor de referência foi definido como se segue:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	30/06/2023			31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado)						
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	40.585	-	-	22.113	-	-
Quotas de outros fundos de investimentos	13.572	-	-	14.703	-	-
Títulos disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)						
Títulos de renda variável	5.389	-	-	10.491	-	-
Totais	59.546	-	-	47.307	-	-

Notas Explicativas

5. Prêmios a receber (controladora e consolidado)

	30/06/2023	31/12/2022
Seguro de Garantia estendida	7	-
Seguro Empresarial	1	-
Seguro Residencial	4	-
Saldo final	12	-

5.1 Movimentação dos prêmios a receber

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	-	4
Prêmios emitidos	3.052	234
Prêmios cancelados	(125)	(3)
IOF	208	1
Prêmios - Riscos vigentes não emitidos	2	-
Recebimentos	(3.125)	(236)
Saldo final	12	-

5.2 Posição de vincendas e vencidas

	30/06/2023	31/12/2022
A Vencer		
de 01 a 30	2	-
de 31 a 60	1	-
Acima 60	2	-
Prêmios vencidos		
de 01 a 30	5	-
Prêmios - Riscos vigentes não emitidos	2	-
Total a vencer	12	-

Notas Explicativas

6. Outros créditos operacionais (controladora e consolidado)

	30/06/2023	31/12/2022
Valores a receber do SFH (i)	3.441	3.234
Principal	4.075	3.868
Redução ao valor recuperável	(634)	(634)
Comissões (ii)	5.333	7.000
Total	8.774	10.234
Circulante	5.333	7.000
Não circulante	3.441	3.234

- (i) A Companhia desde 2015, vem incorrendo em desembolsos relativos aos processos judiciais associados à apólice pública do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS/SFH, que passou a ser incluída nos processos judiciais, cujas demandas são garantidas pelo FCVS/SFH. As Seguradoras são acionadas no equivocado papel de representante, sendo de responsabilidade da CAIXA que é Administradora do referido Fundo. Em decorrência desta representação nas ações judiciais, é garantido às seguradoras, por serem partes ilegítimas nos processos, o direito de receberem o reembolso de todos os dispêndios incorridos.
- (ii) Em 18 de outubro de 2022, foi celebrado um contrato de representação para venda de produtos de seguros com um parceiro Varejista, com direito de exclusividade para a Companhia na oferta de produtos de seguros e assistência nas lojas físicas e meios digitais. O contrato estabelece um adiantamento de R\$ 7.000 a título de remuneração por vendas futuras, cujo pagamento foi efetuado em uma única parcela no dia 09 de novembro de 2022, sendo amortizada pelos valores devidos sobre a comissão da representante.

7. Títulos e créditos a receber (controladora e consolidado)

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Aluguéis a receber	881	896
Direitos resultantes da venda de imóveis	913	885
Dividendos a receber	26	3.210
Redução ao valor recuperável	(815)	(814)
	1.005	4.177
Não circulante		
Direitos resultantes da venda de imóveis	209	594
Total dos títulos e créditos a receber	1.214	4.771

Notas Explicativas

8. Créditos tributários (controladora)

Os créditos correspondem substancialmente as retenções de IRPJ sobre JCP recebidos e saldos negativos de IRPJ e de CSLL, cujas restituições/compensações foram pleiteadas à Receita Federal do Brasil, tendo a Companhia recebido e compensado o valor de R\$ 1.009 durante o período de 2023. O total dos créditos fiscais apresentado no circulante decorrem de quatro pedidos de restituição que foram totalmente deferidos pela análise automática da Receita Federal em dezembro de 2022.

Abaixo estão demonstrados os valores dos créditos tributários:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Retenções de imposto de renda	1.023	1.004
Créditos de contribuições previdenciárias	5	5
Créditos Fiscais - IRPJ	-	918
Créditos Fiscais - CSLL	-	52
	<u>1.028</u>	<u>1.979</u>
Não circulante		
Créditos Fiscais - IRPJ	915	895
Créditos Fiscais - CSLL	5	5
	<u>920</u>	<u>900</u>
Total de créditos tributários e previdenciários	<u><u>1.948</u></u>	<u><u>2.879</u></u>

A Companhia não vem reconhecendo contabilmente os créditos tributários resultantes de bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de prejuízos fiscais acumulados e de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados. Este procedimento decorre do fato de não haver, no momento, expectativa de base tributável futura relacionada com as suas atividades operacionais. Em 30 de junho de 2023, a base de cálculo negativa da CSLL e adições temporárias montavam a R\$ 104.868 (R\$ 93.485, em 31/12/2022) e o saldo de prejuízos fiscais e adições temporárias a R\$ 107.415 (R\$ 96.032, em 31/12/2022). Aplicando-se as respectivas alíquotas sobre os referidos valores, verifica-se a existência de crédito fiscal não contabilizado em favor da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$ 42.584 (R\$ 38.966, em 31/12/2022), cuja compensação, apesar de não estar adstrita a qualquer prazo prescricional, encontra-se limitada a 30% dos lucros tributáveis gerados anualmente.

A partir de 1º de janeiro de 2023, o cálculo da CSLL está considerando a alíquota de 15%, conforme Lei nº 14.446 que alterou a Lei nº 7.689/1988 publicada em 2 de setembro de 2022.

9. Bens a venda (controladora)

Correspondem a transferência do valor contábil de um terreno que foi arrematado em um leilão e mais três terrenos avaliados ao método de custo, com base na promessa de compra e venda no formato de permuta financeira, que quando cumpridas as obrigações definidas e finalizadas todas as condicionantes, será outorgada as escrituras de compra e venda dos respectivos terrenos.

Notas Explicativas**10. Custo de aquisição diferidos- Seguros (controladora e consolidado)**

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Seguro de Garantia estendida	818	-
Não circulante		
Seguro de Garantia estendida	824	-
Saldo final	<u>1.642</u>	<u>-</u>

O prazo médio de diferimento é de 18 meses. Do total apresentado, a Companhia utiliza como redutor da necessidade de cobertura técnica o montante de R\$ 1.642, que correspondem aos custos de aquisição diferidos das despesas efetivamente liquidadas diretamente relacionadas ao valor de cada prêmio comercial, registrado e diferidas individualmente de acordo com a vigência do respectivo risco abrangido pela PPNG.

(i) Movimentação do período

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	-	-
Constituição	1.699	-
Apropriação para despesa	(57)	-
Saldo final	<u>1.642</u>	<u>-</u>

11. Depósitos judiciais e fiscais (controladora)

A Administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, entende ser indevida a cobrança de determinados tributos, motivo pelo qual ingressa ações judiciais e deposita judicialmente os valores correlatos para segurança jurídica, com o intuito de provocar a respectiva suspensão de exigibilidade, o mesmo ocorre com determinada cobrança indevida de Foro pela União Federal.

Adicionalmente, a Companhia deposita judicialmente valores decorrentes de processos movidos por terceiros, por entender serem discutíveis as reivindicações quanto a sinistros reclamados e questões trabalhistas.

Os principais valores depositados constantes do realizável a longo prazo são:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos judiciais - Sinistros	3.769	3.804
Depósitos judiciais - IRB e congêneres	1.555	1.850
PIS	18.770	18.244
COFINS	64.100	62.418
Foro	195	189
Trabalhistas	90	101
CSLL - 2011	167	161
Outros depósitos	256	257
	<u>88.902</u>	<u>87.024</u>

Notas Explicativas

Os passivos tributários e de Foro correspondentes aos valores depositados judicialmente, acima especificados, devidamente atualizados monetariamente, estão reconhecidos contabilmente, pelo valor do litígio, sob a rubrica “provisões judiciais” (passivo não circulante), quando aplicável, conforme resumido na nota explicativa nº 17. Para os depósitos judiciais relacionados com processos de sinistros há passivo equivalente sob a rubrica “provisões técnicas” no passivo não circulante.

12. Participações societárias e outros investimentos

	Participação (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido		Valor do investimento		Equivalência patrimonial	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022
Controlada												
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. ("Companhia Uruguay") 16.000.000 ações ON em 2023 e 2022 - em liquidação (i)	100,00	100,00	233	237	498	543	(22)	(759)	498	543	(22)	(759)
Coligada												
Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap") - 51.292.002 ações ON e 12.187.552 ações PN em 2023 e 2022 (ii)	15,86	15,86	354.398	354.398	664.622	649.780	126.129	117.370	105.385	103.032	20.000	18.672
Investida sob controle comum												
Companhia de Participações Aliança da Bahia ("Aliança Participações")- 176.200 ações ON e 590.221 ações PN em 2023 e 2022 (iii)	5,96	5,96	410.359	410.359	693.042	686.684	5.954	23.725	41.335	40.728	607	1.558
Outras participações societárias									383	383	-	-
Total de Participações societárias									147.601	144.686	20.585	19.471
Outros investimentos												
Incentivos fiscais									128	128		
Redução ao valor recuperável									(46)	(46)		
Total de Outros investimentos									82	82		
									147.683	144.768		

Notas Explicativas

(a) Movimentação das participações societárias

	(i) Companhia Uruguay	(ii) Brasilcap	(iii) Aliança Participações	Outras participações	Total
Saldo em 31/12/2021	3.846	75.561	39.849	383	119.639
Dividendos	(134)	(3.211)	(669)	-	(4.014)
Juros sobre capital próprio	-	(5.871)	(763)	-	(6.634)
Redução de capital	(2.299)	-	-	-	(2.299)
Equivalência patrimonial	(758)	34.530	2.327	-	36.099
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.319	(16)	-	2.303
Conversão acumulada	(112)	-	-	-	(112)
Alteração na participação da coligada - transferência de ações	-	(275)	-	-	(275)
Perda com alteração na participação - transferência de ações	-	(21)	-	-	(21)
Saldo em 31/12/2022	543	103.032	40.728	383	144.686
Dividendos	-	(23.177)	-	-	(23.177)
Equivalência patrimonial	(22)	20.000	607	-	20.585
Ajuste de avaliação patrimonial	-	5.530	-	-	5.530
Conversão acumulada	(23)	-	-	-	(23)
Saldo em 30/06/2023	498	105.385	41.335	383	147.601

(i) **Compãnia Uruguay** - A controlada está em processo de liquidação voluntária, conforme fato relevante divulgado em 25 de março de 2019.

(ii) **Brasilcap** - A participação da Companhia sobre o capital votante é de 23,75% e de 15,86% do capital total.

Em 10 de fevereiro de 2023 foram recebidos R\$ 10.531 referente ao dividendo mínimo obrigatório e complementar do exercício de 2022.

Em 09 de junho de 2023 foram creditados R\$15.856, referente a dividendos intermediários com origem nas reservas de lucros do último balanço do exercício de 2022.

(iii) **Aliança Participações** - Esse investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base na classificação do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

13. Propriedades para investimentos

		30/06/2023	31/12/2022
	Valor de aquisição/ reavaliação	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis urbanos não destinados ao uso próprio			
Terrenos	3.745	3.745	4.167
Edificações e benfeitorias	7.250	3.271	3.388
	Depreciação		
	(3.979)	7.016	7.555
	10.995		

A Companhia vem depreciando os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota 3d). Em 30 de junho de 2023, não existem imóveis oferecidos em garantia de processos judiciais com sinistros e tributos.

Notas Explicativas**(i) Movimentação das propriedades para investimentos**

	Custo de aquisição/ reavaliação	(-) Depreciação	Valor líquido
Saldo em 31/12/2021	11.319	(2.738)	8.581
Depreciação	-	(159)	(159)
Baixa (a)	(704)	177	(527)
Transferência do imobilizado (b)	2.664	(1.142)	1.522
Transferência para imóveis disponíveis para venda (c)	(1.862)	-	(1.862)
Saldo em 31/12/2022	11.417	(3.862)	7.555
Depreciação	-	(117)	(117)
Transferência para imóveis disponíveis para venda (d)	(422)	-	(422)
Saldo em 30/06/2023	10.995	(3.979)	7.016

Movimentação em 2022

- (a) Nos meses de janeiro, julho e outubro de 2022, foram alienados imóveis respectivamente, no valor de R\$ 1.000, R\$ 900 e R\$ 190, gerando um lucro de R\$ 1.555 e efeito na redução de prejuízos fiscais de R\$ 446.
- (b) Em 2022, foi transferido da rubrica imobilizado para investimento o imóvel onde funcionava a sede da Companhia, devido ao fato de não estar sendo mais utilizado nas atividades administrativas e operacionais, e a Administração vem prospectando um contrato de arrendamento.
- (c) Transferência de dois terrenos avaliados ao método de custo para a rubrica “Bens a Venda” de ativos não circulantes mantidos para a venda.

Movimentação em 2023

- (d) Transferência de um terreno que foi arrematado em um leilão e um terreno avaliados ao método de custo para a rubrica “Bens a Venda” de ativos não circulantes mantidos para a venda.

(ii) Resumo das características dos imóveis classificados como propriedades para investimentos

A Companhia mantém no seu ativo, no grupo de investimentos, imóveis que não são utilizados nas suas atividades administrativas e operacionais. Estes imóveis estão disponíveis para locação e futura venda, inclusive os que estavam em garantia das provisões técnicas até 31 de outubro de 2017.

a) Unidades imobiliárias

O quadro abaixo demonstra a composição atual das unidades imobiliárias (classificação e quantidade).

Notas Explicativas

Muitos imóveis são das décadas compreendidas entre 1930 e 1960 e outros de maior potencialidade econômica foram incorporados ao patrimônio da Companhia a partir da década de 1970.

Descrição	Locadas	Disponíveis p/Locação ou Venda	Total
Terrenos	-	11	11
Prédio residencial	-	1	1
Prédios comerciais	4	3	7
Apartamentos	4	-	4
Salas	8	33	41
Lojas	3	5	8
Conjuntos comerciais	3	8	11
Total	22	61	83

b) Posição de aluguéis a receber

	Controladora	
	30/06/2023	31/12/2022
A vencer	48	55
Vencidos		
30 dias	18	21
60 dias	4	16
90 dias	2	2
120 dias	2	2
150 dias	1	1
180 dias	1	1
>180 até 360 dias	9	22
>360 dias	796	776
Redução ao valor recuperável (nota 3d)	(815)	(814)
Saldo final	66	82

c) Efeito resultado

	Controladora	
	30/06/2023	30/06/2022
Resultado dos imóveis para renda		
Receitas com imóveis de renda	245	259
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(1.165)	(1.196)
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(1)	(20)
	(921)	(957)
Resultado dos imóveis com alienação		
Imóveis	-	1.000
Custo dos Imóveis	-	(366)
	-	634
Resultado total dos imóveis	(921)	(323)

Notas Explicativas

d) Reajuste médio auferido nos contratos de aluguel

Os reajustes contemplam a variação anual do IGPM-FGV/IPCA, conforme pactuado em cada contrato. Quando das renovações a Companhia adota, quando possível, o preço de mercado.

e) Eventuais riscos adicionais a que estão expostos os créditos de aluguéis a receber e os investimentos

Os créditos decorrentes de aluguéis estão sujeitos a risco de inadimplência. A Companhia adota políticas cabíveis para a cobrança dos valores vencidos, a fim de minimizar as perdas. Os créditos, cuja liquidação é duvidosa, possuem expectativas de perdas reconhecidas no resultado, cujo montante contabilizado no ativo possui o saldo de R\$ 815 (R\$ 814, em 31/12/2022).

Os investimentos em imóveis, no valor de R\$ 7.016 (R\$ 7.555, em 31/12/2022), estão acrescidos de uma avaliação a valor de mercado realizada em 2006, no montante líquido de R\$ 4.650 (R\$ 5.043, em 31/12/2022).

A maioria dos imóveis foi adquirida para cobertura das provisões técnicas e do capital, segundo as normas vigentes à época, além de constituir, também, uma garantia patrimonial. Até 31 de outubro de 2017, a Companhia utilizou o limite de 8% para cobertura das provisões técnicas, extinguindo-se esse direito a partir de 03/11/2017.

Alguns deles estão alugados na expectativa de futura revitalização da área. Em se tratando de terrenos e prédios bem localizados e não alugados, a Companhia mantém gastos com vigilância, monitoramento e seguros. Portanto, não existem riscos relevantes que possam afetar o patrimônio da Companhia.

14. Imobilizado

	Saldos em 31/12/2021	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Saldos em 30/06/2023	Taxas anuais de depreciação
IMÓVEIS												
Terrenos - Custo / Reavaliação												
Custo de aquisição	923	-	-	-	(245)	678	-	-	-	-	678	
Edificações - Custo/Reavaliação												
Custo de aquisição	6.102	-	-	-	(2.419)	3.683	-	-	-	-	3.683	Nota (A)
(-) Depreciação	(3.016)	-	(230)	-	1.142	(2.104)	-	(77)	-	-	(2.181)	
BENS MÓVEIS												
Informática - hardware												
Custo de aquisição	280	220	-	-	-	500	51	-	-	-	551	20%
(-) Depreciação	(68)	-	(74)	-	-	(142)	-	(51)	-	-	(193)	
Outros - equipamentos												
Custo de aquisição	36	3	-	-	-	39	-	-	-	-	39	10%
(-) Depreciação	(21)	-	(4)	-	-	(25)	-	(2)	-	-	(27)	
Móveis, máquinas e utensílios												
Custo de aquisição	167	17	-	-	-	184	2	-	-	-	186	10%
(-) Depreciação	(60)	-	(17)	-	-	(77)	-	(9)	-	-	(86)	
Veículos												
Custo de aquisição	388	-	-	(167)	-	221	-	-	-	-	221	20%
(-) Depreciação	(292)	-	(40)	167	-	(165)	-	(20)	-	-	(185)	
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES												
Custo de aquisição	60	29	-	-	-	89	19	-	-	-	108	
TOTAL	4.499	269	(365)	-	(1.522)	2.881	72	(159)	-	-	2.794	

(A) A Companhia deprecia os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota explicativa nº 3 g). A depreciação dos demais itens do imobilizado, avaliados ao custo de aquisição, é calculada pelo método linear, com base em taxas (demonstradas retro) que levam em consideração a estimativa da vida útil econômica remanescente dos bens. Em 30 de junho de 2023, não existem imóveis de uso próprio oferecidos em garantia de processos judiciais relacionados com sinistros e tributos.

15. Intangível

	Saldos em 31/12/2021	Adição	Amortização	Transferência	Saldos em 31/12/2022	Adição	Amortização	Transferência	Saldos em 30/06/2023	Taxas anuais de amortização
Softwares										
Custo de aquisição	-	-	-	1.878	1.878	-	-	3.476	5.354	
(-) Amortização	-	-	(131)	-	(131)	-	(251)	-	(382)	20%
Marcas e patentes	-	92	-	-	92	-	-	-	92	
Direito de Uso (i)	-	1.097	-	-	1.097	-	(91)	-	1.006	14,40%
Intangível em formação (ii)	860	3.414	-	(1.878)	2.396	1.314	-	(3.476)	234	
TOTAL	860	4.603	(131)	-	5.332	1.314	(342)	-	6.304	

(i) Refere-se ao pagamento pelo direito de exclusividade (canal de parceria) na oferta de produtos de seguros e assistência da Companhia nas lojas físicas e sites do representante varejista Baianão Móveis e Eletrodomésticos, sendo amortizado em 6 anos (72 meses), contados da data de início de vendas dos produtos, que iniciou em fevereiro de 2023.

(ii) Em 2023, a Companhia concluiu ativação do novo sistema operacional ERP que iniciou em 2021, referente ao *Run-off* e novos produtos, no valor de R\$ 3.476. Os demais gastos controlados como intangível em formação serão transferidos quando os bens estiverem disponíveis para uso dando início a amortização.

Notas Explicativas**16. Impostos e contribuições e tributos diferidos (controladora)**

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante		
Impostos e contribuições diferidos		
Imposto de renda s/ações	280	349
CSLL s/ações	168	223
	<u>448</u>	<u>572</u>
Passivo não circulante		
Impostos e contribuições diferidos		
Imposto de renda s/imóveis - reavaliação	1.266	1.239
CSLL s/imóveis - reavaliação	760	823
Imposto de renda s/investimento exterior	68	72
CSLL s/investimento exterior	41	46
	<u>2.135</u>	<u>2.180</u>

A provisão constituída no passivo circulante refere-se aos impostos e contribuições incidentes sobre os ajustes do valor de mercado de títulos e valores mobiliários, registrados no patrimônio líquido sob o título “ajustes de avaliação patrimonial”, considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL.

A provisão constituída no passivo não circulante refere-se aos efeitos tributários futuros relativos à realização da reserva de reavaliação de terrenos/edificações (em 2006) e sobre oscilação cambial de investimentos no exterior, considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL.

A partir de 1º de janeiro de 2023, o cálculo da CSLL está considerando a alíquota de 15%, conforme Lei nº 14.446 que alterou a Lei nº 7.689/1988 publicada em 2 de setembro de 2022.

17. Provisões judiciais (controladora)

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo não circulante		
PIS	18.789	18.247
COFINS	64.212	62.435
CSLL - 2011	167	161
Foro	196	189
Provisões Cíveis	284	15
Provisões Trabalhistas	794	835
	<u>84.442</u>	<u>81.882</u>

Notas Explicativas

a) Mapa de movimentações

	Provisões Judiciais					Depósitos Judiciais	
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Baixas	Saldo em 30/06/2023	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 30/06/2023
(i) Tributários	81.032	229	2.103	-	83.364	81.012	83.232
PIS	18.247	33	509	-	18.789	18.244	18.770
COFINS	62.435	196	1.581	-	64.212	62.418	64.100
CSLL	161	-	6	-	167	161	167
FORO	189	-	7	-	196	189	195
(ii) Trabalhistas	835	-	29	(70)	794	101	90
(iii) Cíveis	15	292	6	(29)	284	-	-
TOTAL	81.882	521	2.138	(99)	84.442	81.113	83.322

(i) Fiscais

- **PIS:** A cobrança da contribuição ao PIS se encontra sub judice, em quatro ações. A primeira objetivou o não recolhimento do PIS nos moldes da interpretação dada pela Medida Provisória n° 517/94 à Emenda Constitucional n° 1/94, tendo já havido um desfecho desfavorável à Companhia. Como, em paralelo, transitou processo administrativo que discutia cobrança de parte das contribuições que foram depositadas em juízo nessa ação judicial e neste foi obtida uma decisão favorável, com o retorno do processo judicial à vara de origem, a Companhia pleiteou o levantamento de parte do montante depositado judicialmente, pedido este que ainda não foi apreciado pelo Juiz competente, sendo possível que o desfecho final venha a ser desfavorável à Companhia. Foi também impetrado Mandado de Segurança objetivando não recolhimento do PIS, dos períodos compreendidos entre 01/01/96 a 05/06/96 e 01/07/97 a 23/02/98, em vista da não observância dos princípios da irretroatividade e anterioridade nas Emendas Constitucionais nos 10/96 e 10/97. Em 2013, foi impetrado outro Mandado de Segurança com vistas a afastar a cobrança da contribuição relativa aos meses de fevereiro e março de 1997, uma vez que, quando os valores correspondentes foram lançados pelo Fisco Federal, já teria se consumado o prazo de decadência do direito ao lançamento. Em maio de 2016, a Companhia ingressou com ação judicial para questionar a cobrança do PIS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de aluguéis). Os valores correspondentes foram depositados em juízo e são possíveis as chances de perda dessas três últimas questões;
- **COFINS:** A cobrança da COFINS se encontra sub judice, em duas ações. Grande parte do valor está sendo discutido no bojo de um Mandado de Segurança que objetiva o reconhecimento do direito de a Companhia não proceder ao recolhimento da COFINS, uma vez que, sendo inconstitucional o alargamento da base de cálculo previsto na Lei n° 9.718/98, não é ela contribuinte da COFINS. Para uma parte do valor discutido, relativo à COFINS incidente sobre as receitas de prêmios de seguros, que foi, inclusive, depositada judicialmente, a expectativa de perda é "Possível"; já para a parcela do valor discutido relativa à COFINS incidente sobre outras receitas, tais como receitas financeiras e de aluguéis, cujos valores depositados em juízo montam aproximadamente a R\$ 18.818 (R\$ 18.406, em 31/12/2022), apesar de que já tenha havido trânsito em julgado de decisão

Notas Explicativas

judicial que assegurou o direito da Companhia, ao tentar proceder ao levantamento dos valores correlatos, houve resistência por parte da Fazenda Nacional, de forma que o Juízo de Primeiro Grau determinou a realização de perícia contábil, tornando, portanto, a questão controvertida, sendo “Possível” o risco de perda. O saldo remanescente está sendo discutido na mesma ação ajuizada em maio de 2016, referida no tópico acima (PIS), relativa à cobrança da COFINS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de aluguéis), com expectativa de perda possível;

- **CSLL:** Mandado de Segurança preventivo com a finalidade de ver reconhecido o direito líquido e certo de não se submeter à cobrança de CSLL sobre os valores correspondentes às despesas relativas a tributos com exigibilidade suspensa. Em relação a essa causa, a Companhia desistiu do litígio para incluir os débitos correlatos no PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, que foi convertida na Lei nº 13.496/2017. Como houve depósito judicial do montante contabilizado, este será mantido nos registros da Companhia até que venha a ser convertido em renda da União Federal, o que já está sendo providenciado no processo correlato;

Os valores relacionados com as discussões acima reportadas, por se referirem a obrigações legais, são contabilizados independentemente da sua probabilidade de perda.

(ii) Trabalhistas

A Companhia tem ações judiciais de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados por nossos assessores legais como prováveis, no valor de R\$ 794 (R\$ 835, em 31/12/2022), que decorrem basicamente de cobrança de horas extras e pagamento de plano de saúde vitalício.

(iii) Cíveis

As provisões cíveis referem-se às reclamações judiciais relacionadas a sinistros ocorridos fora da vigência das apólices, sinistros liquidados administrativamente e posteriormente reclamados na justiça, bem como sinistros envolvendo veículos não segurados.

Passivos Contingentes não provisionados

A Companhia tem ações judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela Companhia e assessores legais como possíveis, para as quais não há provisão constituída, sendo R\$ 108 (R\$ 101, em 31/12/2022) com reclamações trabalhistas e R\$ 1.164 (R\$ 417, em 31/12/2022) com processos cíveis.

18. Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é representado por 3.840.000 ações ordinárias nominativas e 3.840.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Notas Explicativas

De acordo com o estatuto social, as ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam do direito à distribuição de um dividendo 10% (dez por cento) superior àquele atribuído às ações ordinárias.

b) Reserva de reavaliação

▪ Ativos próprios

Corresponde a reavaliação de imóveis anterior à Lei nº 11.638/2007, aprovada pela SUSEP, contabilizada pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre a parcela não realizada de terrenos e edificações, tendo a Companhia optado por não estorná-la, consoante faculdade prevista na referida Lei.

A realização desta reserva, decorrente da depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados, é registrada na conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários, cujo valor integra a base de cálculo do dividendo.

▪ Ativos de investida

Reflexo da reavaliação de imóveis da investida Aliança Participações anterior à Lei nº 11.638/2007, de acordo com o percentual de participação do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

c) Reserva legal

Constituída no final do exercício à razão de 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, consoante disposições legais e estatutárias. A Companhia suspendeu a constituição por ter atingido o referido limite.

d) Outras reservas de lucros

Refere-se à parcela de retenção de lucros, conforme proposta de orçamento de capital, dos exercícios de 2019 a 2022, aprovada pelas AGO de cada exercício.

e) Reserva de lucros a realizar

Montante de equivalência patrimonial não realizada financeiramente, sendo R\$ 10.648 da Brasilcap e R\$ 4.646 da Aliança Participações, referente ao exercício de 2020.

f) Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes)

Referem-se à diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda da Companhia e da investida Brasilcap. A realização deste saldo ocorrerá através da sua transferência ao resultado, à medida que ocorrer a venda dos títulos, líquida dos efeitos tributários.

Notas Explicativas

Inclui, também, ajustes acumulados de conversão de investimento societário no exterior, líquidos dos efeitos tributários, a serem realizados quando da transferência dos recursos para Companhia.

g) Dividendos

Em 30 de março de 2023, foi aprovada pela AGO a distribuição de dividendos no valor de R\$ 4.857 (ON 0,602330586 e PN 0,662563644), referente ao exercício de 2022, cujo montante foi pago em 28 de abril de 2023.

19. Instrumentos financeiros (controladora)

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de administrar as disponibilidades financeiras de suas operações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos financeiros como observância a classificação de rating de instituições financeiras, existência de contrato de gestão de carteira com instituição consolidada, aplicação de recursos em ativos exclusivamente para seguradoras e rotinas de acompanhamento e controle de rentabilidades e demais indicadores financeiros que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos ativos da Companhia em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 equivale ao seu valor de mercado, considerando-se taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos comparáveis.

A Companhia considera que não existem riscos relevantes em relação a: (1) créditos, uma vez que os mesmos estão associados a operações canceláveis, caso não sejam liquidados nos termos contratados; e (2) risco de perdas com sinistros ocorridos, visto que os valores segurados estão sempre dentro dos limites operacionais determinados pelas normas da SUSEP.

A Companhia não opera com instrumentos derivativos, não existindo saldos desta natureza em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

20. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar suas finalidades de estratégia e planos financeiros, são:

- Risco de subscrição;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional; e
- Risco de liquidez.

Notas Explicativas

Gestão de risco de subscrição

Atualmente a Companhia está operando somente nos ramos de vida em grupo, acidentes pessoais coletivo, vida individual, compreensivo empresarial e residencial e no e garantia estendida, buscando um nível de receita com seguros adequado diante dos riscos assumidos.

Em que pese a Companhia não estar operando em todos os ramos, trabalha na escolha de seus limites de retenção de acordo com critérios técnicos, através de seu setor especializado, visando o equilíbrio de suas operações em qualquer momento, quando do repasse ao ressegurador.

Gestão de risco de mercado

A Companhia aplica seus recursos financeiros no mercado brasileiro, o qual pode ser mensurado com confiabilidade, para que se obtenha segurança e liquidez para honrar suas obrigações futuras, adotando uma política prudente no portfólio de suas aplicações.

A Companhia seleciona as instituições financeiras para aplicação de seus recursos, através de assessoria de investimentos. Os principais ativos financeiros estão representados por fundos de investimentos atrelados a títulos públicos e títulos de renda fixa privados e por ações no mercado mobiliário, em empresas de primeira linha, com alta liquidez e segurança, incluindo fundos de índices os quais não são considerados instrumentos financeiros derivativos. Todo o planejamento tem por objetivo a garantia do capital, a boa remuneração, a cobertura das provisões técnicas e margem de solvência (nota explicativa nº 21).

Diante disso, a Companhia está exposta a riscos financeiros ligados à sua carteira de aplicações. Para a mitigação desses riscos, a Companhia possui estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por empresas de primeira linha, com o objetivo de evitar que perdas oriundas de flutuações de preços, taxas e índices impactem materialmente o seu patrimônio líquido. Além disso, a Companhia se utiliza de critérios técnicos relativos à gestão de ativos e passivos que levam em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos.

Os principais riscos identificados na gestão financeira são:

- Possibilidade de perda em decorrência de oscilações nos preços, índices e taxas nos mercados financeiros; e
- Variação desfavorável de retorno financeiro, devido à volatilidade a que está sujeita a carteira de ações.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito dos ativos financeiros e ativos de resseguro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas pela desvalorização dos recebíveis decorrentes da redução na classificação de risco e/ou pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia.

Notas Explicativas

Os principais créditos de resseguro estão relacionados com o IRB-Brasil Resseguros S.A. referentes a sua participação em sinistros e Caixa Econômica Federal - SFH. A Companhia reconhece a perda esperada em todas as contas a receber, quando aplicável.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que mantém operações apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem ratings fornecidos por agências internacionais como Fitch Rating, Standard and Poor's e Moody's Investor. Em 30 de junho de 2023, 100% dos recursos de renda fixa estão alocados em instituições financeiras com classificação de risco AAA.

Gestão de risco operacional

Como possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos de pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal. O gerenciamento de risco operacional da Companhia em conformidade com princípios éticos em suas tomadas de decisões, tem vínculo com as observações confiáveis reportadas pela auditoria interna sobre os itens abaixo:

- Bons controles internos;
- Infraestrutura tecnológica e segurança;
- Softwares atualizados; e
- Revisões em geral das políticas internas e regulamentos.

Como medidas atreladas as melhores práticas para cumprir e observar rigorosamente a legislação vigente, a Companhia contratou uma empresa especializada para atender as questões de *Compliance*, processos e BPO- gestão de riscos.

Gestão de risco de liquidez

Possibilidade de a Supervisionada não ser capaz de cumprir suficientemente suas obrigações financeiras esperadas, sobretudo quanto a insuficiência de coberturas das provisões técnicas, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar seus ativos, ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas em decorrência de rentabilidades ou descasamentos ocorridos durante a gestão de fluxos de ativos e passivos dessas provisões.

Notas Explicativas

21. Garantias obrigatórias das provisões técnicas de seguros (controladora)

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão de sinistros a liquidar	100.985	99.942
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	122	201
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	3.512	3.716
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	2.398	2.107
Provisão de prêmios não ganhos	2.696	-
	109.713	105.966
(-) Depósitos judiciais-Sinistros	(3.769)	(3.804)
(-) Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	(72.686)	(71.734)
(-) Direitos creditórios (i)	(3)	-
(-) Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG - pagos	(1.637)	-
	(78.095)	(75.538)
Valor a Garantir	31.618	30.428
Bens Garantidores - Controladora		
Títulos de renda variável	3.772	8.488
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	28.410	19.902
Quotas de outros fundos de investimentos	6.786	7.352
	38.968	35.742

(i) Correspondem ao montante de prêmios a receber, referente às parcelas não vencidas, na proporção dos prazos dos riscos a decorrer, considerando cada parcela, na data-base de cálculo.

22. Remuneração a administradores

A remuneração a administradores inclui os honorários do conselho de administração e diretoria, incluindo encargos e benefícios, cujo montante no período foi de R\$ 1.850 (R\$ 1.926, em 2022).

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a colaboradores ou a pessoas chave da Administração com base em ações.

Notas Explicativas

23. Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social (controladora)

Base de Cálculo do Imposto de Renda		30/06/2023	30/06/2022
Lucro antes dos tributos		9.289	10.888
Ajustes para cálculo da tributação:			
Adições		1.071	3.257
Exclusões		(20.656)	(20.292)
(Prejuízo) Lucro fiscal		(10.296)	(6.147)
Base de Cálculo da Contribuição Social Sobre o Lucro		30/06/2023	30/06/2022
Lucro antes dos tributos		9.289	10.888
Ajustes para cálculo da tributação:			
Adições		1.071	2.926
Exclusões		(20.656)	(20.292)
Base (negativa) positiva de CSLL		(10.296)	(6.478)

Os valores referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social, constantes da demonstração do resultado de 2023 e 2022, estão influenciados dos efeitos tributários sobre a realização da reserva de reavaliação, realização do diferimento sobre venda de imóveis e realização de oscilação cambial de participação societária no exterior.

24. Seguros

A Companhia adota política de manutenção de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos e para cobertura de riscos inerentes aos diretores.

25. Principais segmentos de operações de seguros (com os efeitos de resseguro)

Ramos	Prêmios Ganhos		Sinistros		Comissões incorridas	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Garantia Estendida	96	-	(12)	-	(58)	-
Acidentes Pessoais	7	2	(31)	94	-	-
Vida em Grupo	(184)	81	20	(578)	(7)	(8)
Outros	-	-	448	(338)	-	-
Total	(81)	83	425	(822)	(65)	(8)

Notas Explicativas

26. Movimentação das principais contas operacionais vinculadas às provisões técnicas (controladora e consolidado)**a) Provisão de prêmios não ganhos**

	30/06/2023	31/12/2022
	PPNG - seguros	
Saldos balanço anterior	-	-
Constituição e encargos	2.696	-
Total de PPNG	2.696	-

b) Provisão de sinistros a liquidar

	30/06/2023	31/12/2022
	Seguros	
Saldos balanço anterior	78.269	74.528
Constituição e encargos	2.186	8.142
Liquidação	(2.456)	(4.401)
Saldos balanço atual	77.999	78.269

	Cosseguros aceitos	
Saldos balanço anterior	22.027	19.285
Constituição e encargos	1.194	2.947
Liquidação	(2)	(205)
Saldos balanço atual	23.219	22.027

	Recuperações de cosseguros cedidos	
Saldos balanço anterior	(1.208)	(1.112)
Reversão (constituição) e encargos	39	(107)
Liquidação	-	11
Saldos balanço atual	(1.169)	(1.208)

	Retrocessões	
Saldos balanço anterior	854	915
Constituição (reversão) e encargos	81	(61)
Saldos balanço atual	935	854
Total de sinistros a liquidar	100.984	99.942

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

	30/06/2023	31/12/2022
Saldos balanço anterior	201	1.885
Reversão e encargos	(79)	(1.684)
Saldos balanço atual	122	201

d) Provisão de despesas relacionadas

	30/06/2023	31/12/2022
	Seguros	
Saldos balanço anterior	3.414	3.396
Constituição e encargos	(96)	449
Liquidação	(117)	(431)
Saldos balanço atual	3.201	3.414

	Cosseguros aceitos	
Saldos balanço anterior	302	147
Constituição e encargos	14	164
Liquidação	(4)	(9)
Saldos balanço atual	312	302
Total de despesas relacionadas	3.513	3.716

Notas Explicativas

	30/06/2023	31/12/2022
e) Provisão Complementar de Cobertura	2.398	2.107
Total das Provisões	109.713	105.966
Total das Provisões - Circulante	15.022	13.782
Total das Provisões - Não Circulante	94.691	92.184
f) Prêmios de resseguro diferidos	30/06/2023	31/12/2022
	PPNG - resseguros	
Saldos balanço anterior	-	-
Constituição	3	-
Saldos balanço atual	3	-
g) Ativos de resseguro - provisões técnicas	30/06/2023	31/12/2022
	Recuperação de Resseguros cedidos	
	- seguros (PSL)	
Saldos balanço anterior	53.205	50.067
Constituição e encargos	2.005	5.824
Liquidação	(1.662)	(2.686)
Saldos balanço atual	53.548	53.205
	Recuperação de Resseguros cedidos	
	- cosseguros aceitos (PSL)	
Saldos balanço anterior	16.424	14.289
Constituição e encargos	824	2.295
Liquidação	-	(160)
Saldos balanço atual	17.248	16.424
	Recuperação de Resseguros cedidos	
	- seguros - (PDR)	
Saldos balanço anterior	1.865	1.742
Constituição e encargos	(162)	365
Liquidação	(64)	(242)
Saldos balanço atual	1.639	1.865
	Recuperação de Resseguros cedidos	
	- cosseguros aceitos (PDR)	
Saldos balanço anterior	240	104
Constituição	11	144
Liquidação	(3)	(8)
Saldos balanço atual	248	240
Total de ativos de resseguros - provisões técnicas	72.686	71.734
Total de ativos de resseguros - Circulante	8.897	9.072
Total de ativos de resseguros - Não Circulante	63.789	62.662

Notas Explicativas

27. Detalhamento de rubricas da demonstração de resultado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
a) Prêmios ganhos				
Prêmios diretos	2.904	117	2.904	117
Prêmios - Riscos vigentes não emitidos	2	-	2	-
Variação das provisões técnicas de prêmios não ganhos	(2.696)	-	(2.696)	-
Provisão Complementar de Cobertura	(291)	(34)	(291)	(34)
Total de prêmios de seguros ganhos	(81)	83	(81)	83
b) Sinistros ocorridos				
Indenizações avisadas	127	(5.538)	127	(5.538)
Despesas com sinistros	123	(433)	123	(433)
Recuperação de sinistros - congêneres	(79)	41	(79)	41
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	173	1.671	173	1.671
Total de sinistros ocorridos	344	(4.259)	344	(4.259)
c) Custos de aquisição				
Comissões	(1.707)	(8)	(1.707)	(8)
Custo de aquisição diferido	1.642	-	1.642	-
Total de custo de aquisição	(65)	(8)	(65)	(8)
d) Outras receitas e despesas operacionais				
Outras receitas de seguros	70	4.009	70	4.009
Recepção e regulação - DPVAT	39	178	39	178
Outras receitas	31	3.831	31	3.831
Outras despesas de seguros	(1.036)	(2.348)	(1.036)	(2.348)
Despesas com cobrança	(17)	(19)	(17)	(19)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(422)	(51)	(422)	(51)
Outras despesas - DPVAT	-	(330)	-	(330)
Outras despesas	(597)	(1.948)	(597)	(1.948)
Total de outras receitas e despesas operacionais	(966)	1.661	(966)	1.661
e) Receitas com Resseguros				
Recuperação de Indenização e despesas de sinistros	155	4.291	155	4.291
Variação de IBNR	(74)	(854)	(74)	(854)
Total do resultado com resseguros	81	3.437	81	3.437

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
f) Despesas administrativas				
Pessoal próprio	(7.345)	(5.929)	(7.345)	(5.929)
Despesas com administração	(1.576)	(1.651)	(1.576)	(1.651)
Pessoal próprio	(2.874)	(2.014)	(2.874)	(2.014)
Encargos sociais	(1.369)	(1.225)	(1.369)	(1.225)
Assistência social	(1.520)	(975)	(1.520)	(975)
Provisões trabalhistas	(6)	(64)	(6)	(64)
Serviços de terceiros	(1.700)	(1.984)	(1.700)	(1.984)
Localização e funcionamento	(2.685)	(1.916)	(2.685)	(1.916)
Localização e manutenção	(603)	(994)	(603)	(994)
Expediente	(127)	(166)	(127)	(166)
Comunicação	(48)	(84)	(48)	(84)
Utilização de equipamentos	(1.225)	(295)	(1.225)	(295)
Utilização de veículos e locomoção	(120)	(124)	(120)	(124)
Depreciação e amortização	(501)	(187)	(501)	(187)
Outras despesas	(61)	(66)	(61)	(66)
Publicidade e propaganda	(835)	(142)	(835)	(142)
Publicações legais	(25)	(340)	(25)	(340)
Donativos e Contribuições	(38)	(45)	(38)	(45)
Participações nos lucros - empregados	(1)	-	(1)	-
Outras	(66)	(119)	(66)	(119)
Total das despesas administrativas	(12.695)	(10.475)	(12.695)	(10.475)
g) Despesas com tributos				
COFINS e PIS	(230)	(321)	(230)	(321)
Outros tributos	(324)	(387)	(375)	(493)
Total das despesas com tributos	(554)	(708)	(605)	(814)
h) Resultado financeiro				
Receitas financeiras	7.235	6.066	7.310	6.143
Receitas com aplicações - renda fixa	2.392	3.139	2.392	3.139
Receitas com outras aplicações	285	234	285	234
Resultado com venda de ações	2.134	-	2.134	-
Receitas atualização dos depósitos judiciais	2.217	1.947	2.217	1.947
Receitas com créditos tributários - atualização	59	96	59	96
Outras	148	650	223	727
Despesas financeiras	(3.695)	(4.066)	(3.741)	(4.796)
Despesas financeiras com operações de seguros	(1.175)	(1.515)	(1.175)	(1.515)
Despesas com tributos - atualização	(2.103)	(1.746)	(2.103)	(1.746)
Outras	(417)	(805)	(463)	(1.535)
Total do resultado financeiro	3.540	2.000	3.569	1.347

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
i) Resultado patrimonial				
Receitas patrimoniais	20.851	19.739	20.873	20.498
Receitas com imóveis de renda	245	259	245	259
Resultado de equivalência patrimonial	20.585	19.471	20.607	20.230
Outros investimentos	21	9	21	9
Despesas patrimoniais	(1.166)	(1.216)	(1.166)	(1.216)
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(1.165)	(1.196)	(1.165)	(1.196)
Perda por redução ao valor recuperável sobre aluguéis	(1)	(20)	(1)	(20)
Total do resultado patrimonial	19.685	18.523	19.707	19.282
j) Ganhos com ativos não correntes				
Receitas de venda	-	1.000	-	1.000
Imóveis	-	1.000	-	1.000
Despesas	-	(366)	-	(366)
Custo dos Imóveis	-	(366)	-	(366)
Total de ganhos com ativos não correntes	-	634	-	634

28. Partes relacionadas

		Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Brasilcap Capitalização S.A. (a)	Coligada	-	3.211	-	-	-	-	-	-
Companhia de Participações Aliança da Bahia (b)	Investida	-	-	-	-	-	15	67	-
		-	3.211	-	-	-	15	67	-

(a) Valor a receber dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022 no valor de R\$ 3.211.

(b) Em 28 de fevereiro de 2022 houve o distrato da prestação de serviço do contrato de aluguel da antiga sede da investida. Em 01 de abril de 2022, a Companhia firmou contrato de locação de aluguel onde funciona o atual escritório da sede.

As informações relativas aos saldos de investimentos e ao montante de equivalência patrimonial correspondentes às participações societárias na Companhia Uruguay, Brasilcap e Companhia de Participações estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

29. Demonstração do patrimônio líquido ajustado (PLA) e adequação de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitados os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido	204.642	189.874
Ajustes contábeis	(155.320)	(151.497)
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(147.601)	(144.686)
Créditos de alienação de ativos	(1.122)	(1.479)
Despesas antecipadas	(293)	-
Ativos intangíveis	(6.304)	(5.332)
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3	(11.387)	(11.937)
PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3	37.935	26.440
Capital base (CB)	8.100	8.100
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	6.965	7.562
Capital de risco de subscrição	436	110
Capital de risco de crédito	4.551	5.211
Capital de risco operacional	417	400
Capital de risco de mercado	3.395	3.702
Correlação entre os riscos	(1.834)	(1.861)
Capital mínimo requerido (CMR)	8.100	8.100
Solvência= Razão entre PLA e CMR - %	468%	326%
Excesso de Capital - R\$ mil	29.835	18.340

Em 30 de junho 2023, a Companhia apresenta uma situação adequada no cumprimento do indicador regulatório de Solvência medido entre a relação de PLA (Patrimônio Líquido Ajustado) e CMR (Capital Mínimo Requerido).

30. Capital mínimo requerido

A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 dispõe sobre as regras de definição para o cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades supervisionadas assim discriminadas:

- **O Capital base (CB):** objetivando a aplicação proporcional da regulação prudencial e conforme redação da Resolução do CNSP nº 388/2020 a Susep, a partir de janeiro/2021, enquadrando a Companhia no segmento S3 que em complemento à redação da Resolução 432/2021 definiu nova parcela fixa e novas parcelas variáveis para o capital base. Assim, o novo capital base de R\$ 8.100 é o montante fixo de capital que a sociedade

Notas Explicativas

supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, conforme disposto no anexo XXIII da citada Resolução CNSP 432/2021;

- **O Capital de risco (CR):** montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação, conforme disposto no anexo XXVI da referida Resolução, envolvendo riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado.
 - ✓ O risco de subscrição considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para calcular prêmios e provisões técnicas, decorrentes das operações da seguradora. A Companhia adota o modelo padrão regulatório para o cálculo do risco de subscrição;
 - ✓ O risco de crédito considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte quanto às obrigações financeiras. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de crédito;
 - ✓ O risco operacional considera a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos da Companhia, incluindo-se a possibilidade de perdas decorrentes de decisão ou sentença desfavorável em processos administrativos ou judiciais. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco operacional;
 - ✓ O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas derivadas de oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira com impacto na avaliação econômica de ativos e passivos. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de mercado.
- **Capital Mínimo Requerido (CMR):** capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo o equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco;
- **Liquidez de cobertura das provisões técnicas:** situação caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos de renda fixa, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, suficientes para a cobertura das provisões técnicas.

O patrimônio líquido ajustado (Resolução CNSP 432, de 12 de novembro de 2021) será utilizado para a verificação de suficiência em relação ao capital mínimo requerido e para apuração do limite de retenção.

31. Ativos excedentes a necessidade de cobertura das provisões técnicas e liquidez de cobertura das provisões técnicas

A Companhia estabeleceu ativos livres superiores a 20% do CR por entender que esses ativos estão adequados às necessidades de cobertura das provisões técnicas.

Notas Explicativas

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas	31.618	30.428
Ativos Disponíveis para Garantia		
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	40.585	22.113
Quotas de outros fundos de investimentos	13.572	14.703
Ações	5.389	10.491
Total de Ativos	<u>59.546</u>	<u>47.307</u>
Ativos Excedentes	<u>27.928</u>	<u>16.879</u>
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos líquidos - Renda Fixa	18.961	9.562
Capital de risco com operações registradas	6.965	7.562
Liquidez em relação ao CR - 20%	1.393	1.512

32. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas de desenvolvimento de sinistros representam as estimativas das indenizações dos sinistros incorridos por ano, deduzidas das indenizações pagas, cujo saldo demonstra a composição das pendências de sinistros a liquidar por ano incorrido, na data das informações intermediárias. A provisão, em sua maioria em "run-off", varia conforme informações mais precisas que vão sendo obtidas, por meio extrajudiciais ou judiciais. As tabelas contemplam as operações de seguros direto e de cosseguro aceito, classificadas em sinistros administrativos e judiciais, indicando valores brutos (antes do resseguro e deduzindo congêneres) e valores líquidos de resseguros (nossa parte). Não estão incluídas as provisões de IBNER, PDR e Retrocessões.

a) Desenvolvimento de sinistros - administrativo (bruto menos congêneres) Data-base: junho de 2023

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ BRUTO DE RESSEGURO	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATE 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS												
NO ANO DO AVISO	4.235	10	63	16	23	97	8	1	124	7	31	63
UM ANO APÓS O AVISO	4.605	6	42	15	17	38	118	1	113	7	31	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	4.941	7	45	15	17	39	123	1	120	7	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	5.944	7	46	15	18	80	10	1	125	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	6.714	8	48	15	19	89	11	1	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	7.166	8	49	16	21	94	11	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	8.115	8	52	16	22	97	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	8.656	8	57	16	23	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	9.026	9	60	16	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	10.061	10	64	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	11.465	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	12.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	12.160	10	64	16	23	97	11	1	125	7	31	63
PAGAMENTOS EFETUADOS	773	-	2	13	1	-	6	1	1	1	28	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	11.387	10	62	3	22	97	5	-	124	6	3	63
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	11.782											

b) Desenvolvimento de sinistros - judicial (bruto menos congêneres) Data-base: junho de 2023

TRIÂNGULO DE VALORES R\$

BRUTO DE RESSEGURO

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS

ANO DE AVISO DO SINISTRO

	ATE 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
NO ANO DO AVISO	38.049	524	407	143	1.224	1.113	1.551	946	55	6	-	-
UM ANO APÓS O AVISO	42.719	149	134	122	599	668	909	726	44	6	-	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	51.730	180	154	130	658	731	1.042	892	51	6	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	62.989	210	196	140	743	807	1.258	971	55	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	69.330	247	218	149	842	942	1.442	1.017	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	76.796	277	239	171	1.006	1.048	1.551	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	82.034	306	292	178	1.143	1.113	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	87.264	341	343	187	1.224	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	96.183	439	383	192	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	106.535	492	407	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	114.515	524	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	119.478	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	119.478	524	407	192	1224	1113	1551	1.017	55	6	-	-
PAGAMENTOS EFETUADOS	37.221	-	-	99	-	-	-	310	-	-	-	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	82.257	524	407	93	1.224	1.113	1.551	707	55	6	-	-

TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR **87.937**

RESUMO a e b

PSL ADMINISTRATIVO	11.782
PLS JUDICIAL	87.937
IBNER	330
PSL Retrocessões	935
TOTAL (Nota 21 b)	100.984

c) Desenvolvimento de sinistros - administrativo Data-base: junho de 2023

TRIÂNGULO DE VALORES R\$
LÍQUIDO DE RESSEGURO

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS

NO ANO DO AVISO
UM ANO APÓS O AVISO
DOIS ANOS APÓS O AVISO
TRÊS ANOS APÓS O AVISO
QUATRO ANOS APÓS O AVISO
CINCO ANOS APÓS O AVISO
SEIS ANOS APÓS O AVISO
SETE ANOS APÓS O AVISO
OITO ANOS APÓS O AVISO
NOVE ANOS APÓS O AVISO
DEZ ANOS APÓS O AVISO
ONZE ANOS APÓS O AVISO

ESTIMATIVAS NA DATA-BASE

PAGAMENTOS EFETUADOS

PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR

TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR

ANO DE AVISO DO SINISTRO											
ATE 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1.080	1	34	16	11	58	6	1	124	7	31	63
1.251	1	23	15	8	23	19	1	113	7	31	-
1.318	1	24	15	8	24	20	1	120	7	-	-
1.635	1	25	15	9	48	9	1	125	-	-	-
1.872	1	26	15	9	53	9	1	-	-	-	-
1.899	1	27	16	10	56	9	-	-	-	-	-
2.241	1	28	16	10	58	-	-	-	-	-	-
2.737	1	31	16	11	-	-	-	-	-	-	-
2.840	1	33	16	-	-	-	-	-	-	-	-
3.170	1	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.007	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.412	1	34	16	11	58	9	1	125	7	31	63
394	1	1	5	1	-	6	1	1	1	28	-
3.018	-	33	11	10	58	3	-	124	6	3	63
3.329											

d) Desenvolvimento de sinistros - judicial Data-base: junho de 2023

**TRIÂNGULO DE VALORES R\$
LÍQUIDO DE RESSEGURO**

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS

	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATE 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
NO ANO DO AVISO	10.405	29	206	79	145	1.113	197	444	55	1	-	-
UM ANO APÓS O AVISO	12.352	8	83	89	72	668	132	343	44	1	-	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	14.689	9	95	94	77	731	145	429	51	1	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	16.813	11	109	100	88	807	168	465	55	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	18.993	13	120	106	99	942	186	487	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	20.885	15	132	124	119	1.048	197	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	22.092	16	149	124	135	1.113	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	24.478	18	174	127	145	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	27.374	24	194	129	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	30.416	27	206	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	32.309	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	33.493	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	33.493	29	206	129	145	1.113	197	487	55	1	-	-
PAGAMENTOS EFETUADOS	9.953	-	-	99	-	-	-	186	-	-	-	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	23.540	29	206	30	145	1.113	197	301	55	1	-	-
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	25.617											

Notas Explicativas

33. Outras informações

33.1 Fatos relevantes

Em 18 de abril de 2023, A COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA (“ALBA” ou Companhia) e a COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES ALIANÇA DA BAHIA (“Cia. Participações” e, em conjunto com a ALBA “Companhias”), em atenção ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e na Resolução CVM nº 44/21, em atenção ao Ofício nº 120/2023/CVM/SEP/GEA-1, e complementando o Fato Relevante divulgado em 17 de abril, informam aos seus acionistas e ao mercado em geral que seus Conselhos de Administração deliberaram em 17 de abril aprovar o início de novas negociações no sentido de promover uma reorganização visando à otimização da estrutura societária do grupo Aliança (“Reorganização”).

A Reorganização envolverá a incorporação da totalidade das ações de emissão da ALBA pela Cia Participações, nos termos do artigo 252 da Lei das S.A. Caso a Reorganização seja concluída, toda base acionária da ALBA migrará para a Cia Participações, e a ALBA se tornará subsidiária integral da Cia. Participações. Em razão disso, há a intenção de se solicitar o cancelamento do registro da ALBA como companhia aberta categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com a Reorganização, as Companhias buscam racionalizar e unificar as atividades atualmente exercidas, auferindo os benefícios administrativos e econômicos daí resultantes, tais como a simplificação operacional e a redução de custos e gastos administrativos.

Os Conselhos de Administração autorizaram os administradores das respectivas Companhias a negociar os termos e condições para a Reorganização, incluindo a relação de substituição das ações de emissão da ALBA por ações de emissão da Cia. Participações, e sua conclusão dependerá das aprovações societárias e regulatórias exigidas por lei.

Uma vez concluídas as negociações, as Companhias disponibilizarão ao mercado outras informações, inclusive para os fins da Resolução CVM nº 78/22, os documentos exigidos na regulamentação aplicável.

Em 19 de junho de 2023, A COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA (“Companhia”), em atenção ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/21, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 16 de junho de 2023, em decorrência de decisão proferida no processo de inventário dos bens deixados por Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho (“Inventário”), foi promovida a transferência da titularidade de 1.247.339 ações ordinárias e 10.786 ações preferenciais de emissão da Companhia para seus herdeiros necessários, (i) o Sr. José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade no 27.615.692-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob no 173.334.608/27, com endereço comercial na Av. Professor Magalhães Neto, 1752, 11º pavimento - CEP 41.810-012, Pituba, na cidade de Salvador, estado da Bahia; e (ii) a Sra. Thereza de Almeida Gonçalves Tourinho, brasileira, solteira, psicóloga e empresária, portadora da carteira de identidade no 27615693-6, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob no 173.334.568-03, com endereços comercial na Av. Professor Magalhães Neto, 1752, 11º pavimento - CEP 41.810-012, Pituba, na cidade de Salvador, estado da Bahia. A referida participação acionária representa 16,35% do capital social

Notas Explicativas

total da Companhia, e 32,48% e 0,28% do total de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, respectivamente.

Em virtude da transferência de ações acima mencionada, o espólio de Paulo Sérgio Freire de Carvalho Goncalves Tourinho deixou de ser, nesta data, acionista da Companhia - e, consequentemente, seu acionista controlador.

O Sr. José Renato de Almeida Goncalves Tourinho, por sua vez, passou a deter 623.670 ações ordinárias e 5.393 ações preferenciais de emissão da Companhia, representativas de 8,18% do capital social total da Companhia, e de 16,24% e 0,14% do total de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, respectivamente. Referido acionista ocupa, desde 8 de janeiro de 2019, o cargo de Diretor Presidente da Companhia.

Já a Sra. Thereza de Almeida Goncalves Tourinho tornou-se titular de 623.669 ações ordinárias e de 5.393 ações preferenciais de emissão da Companhia, representativas de 8,18% do capital social total da Companhia, e de 16,24% e 0,14% do total de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia informa que, ainda no âmbito do Inventário, foi autorizada a transferência da titularidade das cotas de emissão da Adrecor Administração Ltda. e da Sociedade Agrícola Santa Tereza Ltda. de titularidade do espólio para o Sr. José Renato de Almeida Goncalves Tourinho e Sra. Thereza de Almeida Goncalves Tourinho, em iguais proporções. Uma vez concluídos os processos de alteração dos respectivos contratos sociais, os adquirentes tornar-se-ão controladores dessas sociedades, que, por sua vez, são titulares, em conjunto, de 100 ações ordinárias e 2.266.069 ações preferenciais de emissão da Companhia, representativas de 29,46% do capital social total da Companhia, e de 0,00% e 58,81% do total de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, respectivamente.

Finalmente, a Companhia esclarece que as informações de que trata o artigo 12 da Resolução CVM no 44/21 são objeto do Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia também nesta data, e que se encontra disponível nos sites de relações com investidores da Companhia (www.alba.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Seguros Aliança da Bahia
Salvador - BA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Seguros Aliança da Bahia ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, incluindo as isenções de adoção facultadas às Companhias Abertas no Brasil para as ITRs do exercício de 2023. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, incluindo as isenções de adoção facultadas às Companhias Abertas no Brasil para as ITRs do exercício de 2023.

Ênfase - Base de preparação

Conforme descrito na Nota 2.d, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas consideram a orientação do Informativo da Reunião do Colegiado no 17, de 9 de maio de 2023, no sentido de adotar excepcionalmente o Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro nas informações trimestrais do exercício de 2023, ao invés do Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguro. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Salvador, 14 de agosto de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades Anônimas por Ações, com base nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos da Administração, procederam a revisão e análise, das Informações Trimestrais Financeiras, Intermediárias, Individuais e Consolidadas referentes ao ITR do 2º trimestre de 2023, acompanhados do Relatório de revisão limitada, sem ressalvas, emitido na data de 14 de agosto de 2023, pela KPMG - Auditores Independentes, deram por analisadas, no sentido de considerá-las adequadas e em conformidade com as práticas contábeis e legislação vigentes no Brasil.

Salvador - BA, 14 de agosto de 2023

Raimundo Santos Silva
Presidente

Elias de Matos Brito
Membro Efetivo

Marcelo da Silva Pinho
Membro Efetivo

Sonia Lucia N. da Silva
Membro Efetivo

Antônio Carlos Santana Santos
Membro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes da instrução CVM nº 80/2022, artigo 27, § 1º, inciso VI e do artigo 30, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as informações intermediárias que serviram de base para elaboração do ITR de 30 de junho de 2023.

Salvador, 14 de agosto de 2023

José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho
Diretor Presidente

Rodrigo Ribeiro Accioly
Diretor Responsável pelos Controles Internos

Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Solon Britto Barretto
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes da instrução CVM nº 80/2022, artigo 27, § 1º, inciso V e do artigo 30, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações intermediárias que serviram de base para elaboração do ITR de 30 de junho de 2023.

Salvador, 14 de agosto de 2023.

José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho
Diretor Presidente

Rodrigo Ribeiro Accioly
Diretor Responsável pelos Controles Internos

Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Solon Britto Barretto
Diretor